

# Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 29

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Prazo para agendar revisão de perícia no INSS e evitar perda do auxílio-doença termina nesta sexta**

..... 4

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Teto do INSS acima de 7 mil reais para repor a inflação** ..... 6

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO  
SEGURIDADE SOCIAL

**Lei de Acesso à Informação contabiliza 1 milhão de pedidos** ..... 8

O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Ação atende idosos vítimas de violência no país** ..... 9

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Quem ganha acima do teto do INSS precisa pensar, o mais cedo possível, em previdência complementar**

..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

**A Previdência complementar (Artigo)** ..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**PEC dos Precatórios pode ser fatiada** ..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Promessa de reajuste sem amparo legal** ..... 16

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Lira nega que servidor vá ter reajuste** ..... 18

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**'Não vi espaço para aumento de servidores', diz Lira sobre PEC** ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

**Lira não vê espaço** ..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Para garantir aprovação, governo admite ajustes na PEC** ..... 21

O POPULAR - GO - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Congresso deve barrar reajuste a servidores e preservar emendas** ..... 22

A GAZETA - MT - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Algumas linhas sobre precatórios (Artigo).....	25
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
O calote do calote (Fórum dos Leitores).....	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO	
Risco fiscal derruba a Bolsa.....	27
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Imposto menor sobre folha de pagamento custará R\$ 6 bi ao governo em 2022.....	28
A TARDE - SALVADOR - BA - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Alívio prorrogado (Editorial).....	30
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Setores pressionam por novo Refis.....	32
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Indústria diz que imposto que elimina PIS/Pasep aumenta carga tributária.....	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Relator do Refis pretende ampliar para 15 anos o prazo para pagar dívidas.....	34
A GAZETA - MT - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A diferença entre despesa e investimento (Artigo).....	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Projeções oficiais menos fantasiosas (Editorial).....	37
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Só pagar auxílios não basta; economia precisa crescer para a pobreza acabar.....	38
A TRIBUNA - ES - POLÍTICA ECONOMIA	
Há "pessoas boas" no Centrão, afirma Moro.....	40
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA ECONOMIA	
Sergio Moro faz aceno para o Centrão.....	41
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA ECONOMIA	
Ciro Gomes ataca Bolsonaro, Lula e Moro.....	42
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Guedes: candidatos vão prometer auxílio de R\$ 400 permanente.....	43
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Febraban reduz a projeção de crédito em 2022.....	44
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA ECONOMIA	

Inflação será principal problema econômico em 2022, diz Guedes..... 45

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
ECONOMIA

A resiliência da construção civil (Artigo)..... 47

# Prazo para agendar revisão de perícia no INSS e evitar perda do auxílio-doença termina nesta sexta

Por g1

Revisão de benefícios do **INSS** - Foto: Divulgação/**INSS**

Termina nesta sexta-feira (19) o prazo para os beneficiários agendarem revisão da perícia médica no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e evitar a perda do auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).

Esses beneficiários foram identificados no pente-fino do **INSS**. A relação completa dos convocados pode ser consultada no Diário Oficial da União.

Segundo o instituto, os segurados listados que não agendarem até esta sexta poderão ter o benefício suspenso. Até o último dia 11, 85.191 beneficiários ainda não tinham marcado a revisão.

Como fazer

O segurado que consta da lista do **INSS** pode fazer o agendamento pelo site [www.meu.inss.gov.br](http://www.meu.inss.gov.br) e aplicativo Meu **INSS**, ou por meio de contato telefônico com a Central de teleatendimento, ligando para o número 135, que funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h.

Na data agendada para a realização da perícia, deverão ser apresentados os documentos pessoais, além de toda a documentação médica que o segurado disponha, tais como laudos com CID, atestados, receitas e exames recentes. Não há um prazo de dias estabelecido para caracterizar a validade dos documentos médicos.

Os segurados poderão realizar a perícia médica em qualquer unidade do **INSS**, pois a revisão não está condicionada à agência que mantém o pagamento do benefício.

Entenda o pente-fino

Em agosto, o **INSS** convocou cerca de 173 mil segurados que estão há pelo menos seis meses sem passar por perícia médica.

Desse total, 95.588 foram convocados via publicação no Diário Oficial da União no dia 27 de setembro para agendarem a perícia médica de reavaliação do benefício por incapacidade por não terem sido encontrados ou não terem marcado o exame.

No entanto, apenas 10.397 segurados agendaram a perícia médica revisional até o último dia 11 - ainda faltavam 85.191 segurados.

No caso de não atendimento à convocação para agendamento ou de não comparecimento na data agendada, o benefício será suspenso até o comparecimento do interessado. Após 60 dias da suspensão realizada, a situação do benefício poderá ser convertida em cessação definitiva do benefício.

Os aposentados por invalidez e pessoas que recebem o amparo assistencial ao deficiente não passam por essa revisão.

Fui convocado para a revisão: o que devo fazer?

Confira abaixo o passo a passo para agendar uma perícia médica pelo Meu **INSS**:

Faça o login no Meu INSS Clique em Do que você precisa? , escreva Agendar Perícia e, em seguida, em Novo Requerimento Escolha entre Perícia Inicial , se for a primeira vez, ou Perícia de Prorrogação , se já estiver em benefício Siga as orientações que aparecem na tela Informe os dados necessários para concluir o seu pedido O resultado estará disponível para consulta após as 21 horas do dia da perícia no Meu **INSS** (aplicativo ou site [gov.br/meuinss](http://gov.br/meuinss)) e pelo telefone 135. Caso o resultado não esteja disponível depois do prazo, pode ser que haja alguma pendência no benefício. O segurado deve entrar em contato com a Central de Atendimento 135 e, em caso de constatação de pendência no benefício, deverá solicitar, através da Central, o serviço "Acerto Pós perícia". Caso discorde da decisão, o segurado pode entrar com recurso, em até 30 dias, a partir da ciência do resultado. Se o segurado não puder comparecer à perícia no dia agendado, inclusive por motivos de dificuldade de locomoção, poderá reagendar a perícia

uma única vez, desde que justifique o motivo. Isso deve ser feito até um dia antes da data marcada, pelo Meu **INSS** (aplicativo ou site gov.br/meuinss) ou pelo telefone 135.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/19/prazo-para-agendar-revisao-de-pericia-no-inss-e-evitar-perda-do-auxilio-doenca-termina-nesta-sexta.ghtml>**

# Teto do INSS acima de 7 mil reais para repor a inflação

**Fernando Bianchi Ludmila Azevedo**

Governo admite que a desvalorização do real será quase o dobro da de 2020, sendo preciso um reajuste de 10,04% nas aposentadorias

O Ministério da Economia elevou mais uma vez a previsão de **inflação** para 2021, o que vai influenciado no reajuste do salário mínimo e das aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) no próximo ano.

Segundo a Secretaria de Política Econômica do ministério, o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deverá fechar o ano com um acumulado de 10,04%, quase o dobro dos 5,45% registrados em 2020.

Como o INPC é o índice utilizado para reajuste dos benefícios do **INSS**, o teto previdenciário - valor máximo que o segurado pode receber do instituto - deve ultrapassar os R\$ 7 mil, caso a previsão do governo para a **inflação** acumulada se confirme.

Com o percentual de 10,04%, o salário mínimo nacional passará dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.210 em 2022. Já o teto do **INSS** subirá de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.079,50.

O valor do salário mínimo também é usado como piso de aposentadorias, pensões e auxílio-doença do **INSS**. Ou seja, atualmente, eles não podem ser menores do que R\$ 1.100, com previsão de reajuste para R\$ 1.210 em 2022.

O economista Eduardo Araújo explicou que o INPC mede a **inflação** que atinge famílias com renda de até cinco salários mínimos, diferentemente do IPCA, que engloba rendimentos de até 40 salários.

"O INPC reflete melhor a realidade das pessoas que têm um nível de renda menor. Reflete os constantes reajustes de preços que as pessoas enfrentam, principalmente a pressão sobre o reajuste dos combustíveis, que acaba sendo repassado em todos os produtos, além dos custos de energia elétrica", explicou.

O indicador considera a **inflação** média de uma série de produtos e serviços. Em outubro, o grupo dos

transportes, por exemplo, atingiu 17,75% em 12 meses, com destaque para a alta de 44,94% dos combustíveis. O grupo de alimentação teve alta acumulada de 11,81%.

Já o índice definitivo que será aplicado nas aposentadorias do **INSS** só será conhecido no dia 11 de janeiro de 2022, quando o IBGE divulga o resultado da **inflação** medida no acumulado de janeiro a dezembro deste ano.

Contribuição mensal será maior

Com o reajuste dos benefícios do **INSS** de acordo com o INPC, que tem previsão de alta de 10,04% no ano, os contribuintes também terão de pagar uma contribuição maior para garantir a aposentadoria

Para empregados com carteira assinada, domésticos e trabalhadores avulsos que recebem salário mínimo (R\$ 1.100), a alíquota de contribuição é de 7,5%, o que hoje representa cerca de R\$ 82.

A partir do próximo ano, a contribuição pode subir para mais de R\$ 90, caso confirmado o piso de R\$ 1.210. Já os trabalhadores autônomos têm opção de contribuir com valores a partir 11% de um salário mínimo.

Para aqueles que têm salário maior do que o mínimo e carteira assinada, as alíquotas são diferenciadas.

"Com a reforma da Previdência, as alíquotas passaram a ser progressivas. E agora elas podem ser alteradas por lei, não é necessário uma nova emenda à Constituição", esclareceu a advogada previdenciarista Renata Prado.

Na parcela de R\$ 1.100,01 até R\$ 2.203,45, por exemplo, é aplicada alíquota de 9%. O percentual chega a 14%, aplicado na faixa entre R\$ 3.305,23 até R\$ 6.433,57.

"A gente está sempre perdendo"

O mecânico industrial aposentado José Nicodemos Pinheiro, 68, se aposentou em 2007, mas continuou trabalhando até 2019 para complementar a renda. Para ele, diante da alta da **inflação**, o reajuste dos benefícios do **INSS** deveria ser maior.

"O aumento do salário mínimo não cobre o poder de compra Para tudo o que você vai comprar, o aumento atinge acima de 30%. A gente está sempre perdendo poder de compra", contou ele.

"Tem 25 anos que sou aposentado, e meu poder de compra está só caindo. Já chegou ao ponto que não vai cobrir as necessidades básicas. Me aposentei em 2007 e trabalhei até 2019 justamente para conseguir me sustentar", afirmou ele.

# Lei de Acesso à Informação contabiliza 1 milhão de pedidos

A Controladoria-Geral da União (CGU) contabiliza, em dez anos, 1.079.829 pedidos de informações a órgãos e entidades do governo federal, via Lei de Acesso à Informação (LAI). As demandas são feitas a partir da plataforma Fala.BR.

e Reforma Agrária (Incra), com 23 omissões.

**Site:** <http://impresso.dm.com.br/edicao/20211119/pagina/>

Publicada em 18 de novembro de 2011, a lei completou ontem (18) exatos dez anos. Como a portaria previa um prazo de 180 dias para entrar em vigor, os primeiros pedidos de informação começaram a ser feitos a partir de maio de 2012.

Os pedidos de informação podem ser feitos "por qualquer cidadão, em qualquer localidade, sem a necessidade de apresentar motivo, sendo necessário apenas informar um número de documento válido, como RG, CPF ou passaporte, por exemplo".

A plataforma disponibiliza também outros canais de contato com o cidadão. Entre eles, espaços para denúncias, sugestões, elogios e reclamações. De acordo com a CGU, 99,6% dos pedidos feitos até o momento foram respondidos, enquanto apenas 0,38% estão em tramitação.

Atualmente, o tempo médio de respostas para os 1.079.829 pedidos contabilizados pelo Painel Lei de Acesso à Informação, desde a entrada em vigor da lei, é de 15,08 dias. Em 2020, o tempo médio de resposta estava em 12 dias, e, nos três primeiros meses de 2021, as respostas foram apresentadas, em média, no prazo de 11 dias.

Dos cerca de 300 órgãos e entidades que compõem o executivo federal, o mais demandado é o Ministério da Economia, com 110.791 pedidos de acesso à informação. Em segundo lugar está o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), com 59.915 pedidos.

O terceiro lugar é ocupado pelo Ministério da Cidadania (que atualmente engloba os ex-ministérios do Desenvolvimento Social e do Esporte), com 46.857 pedidos. O Ministério da Saúde vem em seguida, com 36.634 pedidos.

O Ministério da Saúde é quem lidera o ranking de omissões, com 64 demandas não respondidas, seguido da Fundação Universidade Federal do Piauí (24 omissões); e do Instituto Nacional de Colonização

# Ação atende idosos vítimas de violência no país

Uma ação nacional, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), atendeu mais de 16 mil idosos vítimas de violência em todo o país. O balanço foi apresentado nesta quinta-feira (18) pela pasta. Ao todo, a Operação Vetus II resultou na prisão de 444 pessoas acusadas de crimes de agressão, maus-tratos, abandono de incapaz e tortura.

O trabalho teve início no dia 15 de outubro com foco principal no combate à violência contra idosos e mobilizou as polícias civis e militares de todo o país, com exceção do estado da Bahia. Na média, foram atendidos 485 idosos por dia durante esse período. Segundo o MJSP, a ação abrangeu 2.788 municípios brasileiros, com a apuração de 14.908 denúncias do Disque 100, canal mantido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e de canais locais de denúncias contra a violência.

As denúncias feitas por meio do Disque 100 são gratuitas e podem ser anônimas. Qualquer pessoa pode acionar o serviço, que funciona diariamente, 24 horas, incluindo sábados, domingos e feriados. O serviço cadastra e encaminha os casos aos órgãos competentes.

A Operação Vetus II também efetuou o resgate de 157 vítimas e fez 15.488 visitas a abrigos e residências de vítimas. Foram solicitadas 1.035 medidas protetivas e cumpridos 229 mandados de busca e apreensão, e de prisão.

**Prisões** O Ministério da Justiça e Segurança Pública destacou que, entre as violências constatadas, estão prisões em flagrante por cárcere privado e tortura e abandono de de incapaz. Também foram registrados casos de parentes que deixaram idosos passando fome e se apropriaram de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) recebidos pelas vítimas. A violência contra o idoso é crime e pode ter pena de dois meses a um ano de reclusão, além de multa.

Em 2020, a primeira edição da Operação Vetus teve um resultado de 569 pessoas presas, 14.907 visitas realizadas e 874 medidas protetivas cumpridas. Foram 13.424 denúncias de violência contra idosos apuradas em todas as regiões do país.

**Site:** <https://issuu.com/oestadoce/docs/19->

**11\_2366ae113dca57**

# Quem ganha acima do teto do INSS precisa pensar, o mais cedo possível, em previdência complementar

**Fabio Giambiagi**

Em encontros anteriores que tive com os leitores neste mesmo espaço, tentei expor algumas questões que por vezes não ficam claras para quem acompanha a temática previdenciária com certo distanciamento, como é o caso, imagino, da maioria das pessoas.

Nesse sentido, expliquei que não há, realisticamente, como esperar no Brasil que o sistema no qual o **INSS** opera seja substituído por um sistema de capitalização.

Não gostaria, porém, que esse esclarecimento seja entendido como um desestímulo à formação de uma **previdência complementar** pelas pessoas. Muito pelo contrário, sou um entusiasta dela. Apenas é importante, como o nome indica, entender que ela é um instrumento, justamente, complementar à aposentadoria oficial.

O Brasil tem um regime de aposentadoria, com base no **INSS**, com um teto arredondado da ordem de R\$ 6,5 mil. Uma pessoa que ganha abaixo disso espera-se que contribua para a Previdência até o limite do seu salário - multiplicado pela alíquota contributiva, claro - de modo que, ao se aposentar, com o ajuste associado ao número de anos de contribuição, tenha uma aposentadoria com um valor próximo da média dos salários de contribuição.

Ao mesmo tempo, na inatividade cessará a contribuição ao **INSS**, de modo que, para remunerações brutas iguais, o valor líquido deixará de ser afetado pelo desconto.

O fato é que, nessas circunstâncias, realisticamente, quem ganha até o teto do **INSS** no mercado formal tende a não ter que se preocupar em ter uma renda complementar - algo perfeitamente compreensível - que, em geral, não chega a ser necessária para que a pessoa preserve seu nível de vida.

Isso muda quando a pessoa recebe uma remuneração que excede o teto do **INSS**. Alguém que ganha por mês R\$ 7 mil talvez não tenha maiores incentivos a contribuir todos os meses para uma **previdência**

**complementar**, pois, afinal de contas, o teto do **INSS** não é muito distante desse valor.

Porém, se a pessoa ganha R\$ 13 mil, por exemplo, nesse caso terá que pensar duas vezes antes de optar por não programar uma renda complementar futura, pois ao se aposentar, na melhor das hipóteses, sua renda cairá para a metade. Ela sabe e está disposta a isso? São perguntas cruciais para tomar uma decisão.

No país em que vivemos, marcado pelos escândalos, as queixas que ouço, nas minhas palestras, associadas à desconfiança das pessoas em contribuir para a **previdência complementar**, são sempre: i) os problemas com montepios nos anos 70 (essas queixas, no caso, mais antigas, tendo praticamente desaparecido nos últimos anos); ii) o Aerus, da Varig; e, recentemente, iii) o Postalís.

São casos nos quais, indiscutivelmente, o governo falhou ao não proteger adequadamente os participantes e não evitar que grupos específicos de pessoas tivessem prejuízos dramáticos, que infernizaram a sua vida, exatamente na fase da vida em que o apoio financeiro era mais importante.

Embora sensibilizado por esses casos - até porque um deles, por razões familiares, acompanhei de perto - meu argumento em defesa do sistema de **previdência complementar** se baseia em 4 pontos: a) o primeiro desses casos ocorreu há quase 50 anos, não guardando qualquer relação com a situação atual; b) Aerus e Postalís foram casos graves, não há como negar, mas foram 2 em 250 fundos.

Assim, não ter uma **previdência complementar** por esses problemas equivale a não viajar de avião porque o Brasil teve 3 grandes tragédias aéreas nos últimos 30 anos; c) o ambiente regulatório melhorou muito no Brasil nos últimos anos, com o aprimoramento dos órgãos de supervisão; e d) para quem aplica em PGBL e VGBL, esses receios não se aplicam e essas são alternativas que têm se consolidado com grande sucesso no mercado.

Em resumo, o país tem um sistema de **previdência complementar** sólido e essa é uma das áreas em que

o Brasil tem feito progressos importantes nos últimos 25 anos. Quem ganha acima de R\$ 6,5 mil por mês deve pensar nessas questões - preferencialmente, desde cedo.

**Site: <https://oglobo.globo.com/economia/quem-ganha-acima-do-teto-do-inss-precisa-pensar-mais-cedo-possivel-em-previdencia-complementar-25282355>**

# A Previdência complementar (Artigo)

**Fabio Giambiagi**

Em encontros anteriores com os leitores neste espaço, expliquei que não há como esperar no Brasil que o sistema no qual o **INSS** opera seja substituído por um sistema de capitalização.

Não gostaria, porém, que isso fosse entendido como um desestímulo à formação de uma **Previdência complementar** pelas pessoas. Ao contrário, sou um entusiasta dela.

Apenas é importante, como o nome indica, entender que ela é um instrumento, justamente, complementar à aposentadoria oficial.

O Brasil tem um sistema de aposentadoria, com base no regime do **INSS**, com um teto arredondado da ordem de R\$ 6,5 mil. Alguém que ganha por mês R\$ 7 mil talvez não tenha maiores incentivos para contribuir para uma **previdência complementar**. Porém, se a pessoa ganha R\$ 13 mil, por exemplo, terá de pensar duas vezes antes de optar por não programar uma renda complementar futura, pois, ao se aposentar, na melhor das hipóteses, sua renda cairá para a metade. Ela sabe disso e está disposta a isso?

No país em que vivemos, as queixas que ouço, nas minhas palestras, associadas à desconfiança das pessoas em contribuir para a **Previdência complementar**, são sempre: os problemas com montepios nos anos 70 e os casos do Aerus, fundo de previdência da Varig, e do Postalís, fundo dos Correios. São casos nos quais, indiscutivelmente, o governo falhou ao não proteger os participantes e não evitar que grupos de pessoas tivessem prejuízos dramáticos, que infernizaram sua vida numa fase em que o apoio financeiro era tão importante.

Embora sensibilizado por esses casos - até porque um deles, por razões familiares, acompanhei de perto -, meu argumento em defesa da **Previdência complementar** se baseia em quatro pontos: 1) o primeiro destes casos ocorreu há 50 anos, não guardando relação com a situação atual; 2) Aerus e Postalís foram casos graves, mas foram 2 em 250 fundos. Não ter uma **previdência complementar** por esses problemas equivale a não viajar de avião porque o Brasil teve três grandes tragédias aéreas nos últimos 30 anos; 3) o ambiente regulatório melhorou muito no Brasil nos últimos anos, com o aprimoramento dos órgãos de supervisão; e 4) para quem aplica em PGBL e VGBL, esses receios não se aplicam e estas são

alternativas que têm se consolidado com sucesso no mercado.

O Brasil tem um sistema de **Previdência complementar** sólido e esta é uma das áreas em que o País tem feito progressos nos últimos 25 anos.

Quem ganha acima de R\$ 6,5 mil por mês deve pensar nessas questões - preferencialmente, desde cedo.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# PEC dos Precatórios pode ser fatiada

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse esperar que o Senado mantenha quase todo o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, mas admitiu a possibilidade de fatiamento do texto para garantir o pagamento, em dezembro, de R\$ 400 do Auxílio Brasil, o programa que substitui o Bolsa Família. O relator da PEC no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), também admitiu um eventual desmembramento. "O fatiamento é uma possibilidade, mas não tem decisão tomada sobre isso", afirmou o senador. "Isso dependerá da natureza das alterações que serão inseridas no meu relatório." A PEC dos Precatórios é a aposta do Planalto para bancar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família, a partir de dezembro. A proposta adia o pagamento de mais da metade dos R\$ 89 bilhões previstos para serem quitados no ano que vem em precatórios ? dívidas da União reconhecidas pela Justiça ? e amplia o teto de gastos. O objetivo do Ministério da Economia é abrir uma folga fiscal de R\$ 91,6 bilhões no orçamento do próximo ano.

Na quarta-feira, os senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE), José Aníbal (PSDB-SP) e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) apresentaram uma proposta alternativa a Bezerra. Entre outros pontos, o grupo propõe assegurar o pagamento dos R\$ 89 bilhões de precatórios no ano que vem, com a exclusão dessas despesas do teto de gastos. Outra sugestão é tornar o Auxílio Brasil um programa permanente, e não com vigência até dezembro de 2022, como prevê o governo. Além disso, os senadores defendem que sejam mantidas as regras atuais do teto de gastos. Segundo eles, essas medidas viabilizariam R\$ 99 bilhões para assistência social, permitindo que aproximadamente 21 milhões de brasileiros sejam beneficiados com o Auxílio Brasil de R\$ 400 por mês.

A PEC alternativa também pretende acabar com as chamadas emendas do relator (RP9) e de comissão (RP8), que não têm previsão constitucional. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a liminar da ministra Rosa Weber que suspendeu a liberação de verbas das RP9, que têm sido apontadas como um orçamento secreto, utilizado pelo governo para barganhar apoio no Congresso.

Segundo afirmou Lira, durante coletiva de imprensa, o Senado poderia aprovar parte da PEC, liberando o texto chancelado pelos deputados e senadores para promulgação, e a Câmara se debruçaria sobre as mudanças propostas pelos senadores por meio de

uma proposta paralela. "Eu espero e torço para que o texto tenha sua aprovação mantida em 95%, 96%. Sempre há aqueles dispositivos de que textos comuns possam ser promulgados, e alguma diferença a gente possa trazer", afirmou.

O presidente da Câmara disse esperar a aprovação da PEC até 30 de novembro no plenário do Senado e garantiu celeridade dos deputados para avaliar eventuais alterações dos senadores. Segundo ele, as conversas entre as lideranças das duas Casas "têm sido boas" e o clima é "muito positivo" para aprovação da proposta e a implantação do Auxílio Brasil.

Lira não deu detalhes de como a PEC abriria espaço no Orçamento para o pagamento do benefício de R\$ 400, já que os pontos polêmicos são justamente os que garantem a folga no orçamento de 2022: postergar o pagamento de uma parte dos precatórios e alterar a correção do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**. Com as duas medidas, o espaço aberto no Orçamento de 2022 será de R\$ 91,6 bilhões.

Um acordo que está sendo costurado com o Senado, o governo e a Câmara pode abranger, desde o fatiamento da proposta até compromissos fora do tema principal da PEC. Tudo para tentar viabilizar os 49 votos necessários, entre os 81 senadores, para aprovação do texto.

O Planalto está discutindo colocar na PEC uma vinculação para que todo o espaço no Orçamento a ser aberto pela proposta seja destinado ao Auxílio Brasil, a programas de assistência social e ao reajuste pela **inflação** de despesas obrigatórias (**Previdência Social**, abono salarial e seguro-desemprego).

Na prática, isso impede que o valor obtido na PEC seja destinado a reajuste de **servidores públicos**, como prometeu o presidente Jair Bolsonaro (leia mais na página 7), e também para emendas parlamentares.

A vinculação é uma demanda de senadores, especialmente das bancadas do MDB e do PSD, que não querem ver o dinheiro da PEC ser canalizado para esses gastos.

O governo aceitou, ainda, transformar o Auxílio Brasil num programa permanente de renda mínima. Até agora, a previsão do Planalto era pagar um benefício mínimo de R\$ 400 até dezembro de 2022, pouco depois das eleições nas quais Bolsonaro pretende

concorrer à reeleição.

Bezerra apresentou, ontem, a proposta alternativa dos senadores ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que já havia se manifestado contrário às alterações sugeridas pelos parlamentares. Na quarta-feira, o economista considerou um "grande erro", capaz de comprometer o crescimento previsto pelo governo para 2022, a ideia de retirar o pagamento dos precatórios da regra do teto. Segundo ele, a proposta colocaria em risco a arquitetura fiscal, por serem os precatórios uma despesa "incontrolável".

#### Pedido ao Supremo

Um grupo de seis deputados apresentou ao Supremo Tribunal Federal um pedido de reconsideração da decisão da ministra Rosa Weber, que negou suspender a tramitação da PEC dos Precatórios. Os parlamentares, que haviam acionado a Corte questionando diferentes aspectos da votação em primeiro turno na Câmara, pedem que o caso seja discutido no plenário do Supremo. O pedido principal é de anulação da votação que aprovou a PEC. Eles reforçam a acusação de "atropelo do processo legislativo", destacando a "relevância" do assunto e a "insegurança jurídica" em torno dele. Assinaram o pedido Alessandro Molon (PSB-RJ), Fernanda Melchionna (PSol-RS), Joice Hasselmann (PSL-SP), Kim Kataguirí (DEM-SP), Marcelo Freixo (PSB-RJ) e Vanderlei Macris (PSDB-SP).

# Promessa de reajuste sem amparo legal

*rosana hessel*

A promessa feita pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de conceder reajuste para os servidores em 2022 esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), alertam especialistas. Eles não descartam essa possibilidade em pleno ano eleitoral, mas apontam a necessidade de cortes no Orçamento. Conforme o artigo 17 da LRF, nenhuma despesa permanente pode ser criada sem que seja indicada uma receita correspondente. E, além de não haver espaço no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2022, enviado ao Congresso pelo Executivo, o governo também não poderá incluir a previsão de aumento salarial no espaço fiscal que tenta abrir com a PEC dos Precatórios.

Pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, a PEC abre espaço de R\$ 93 bilhões no Orçamento de 2022 ao adiar o pagamento de dívidas judiciais e alterar o limite do teto de gastos. A justificativa do governo para essa mexida na Constituição é arrumar recursos para pagar os R\$ 400 prometidos por Bolsonaro para o Auxílio Brasil. Legalmente, porém, os recursos não podem ser usados para bancar a folha de pagamento do governo.

"Não tem espaço para o reajuste, a não ser que o governo corte alguma despesa. Não se pode aumentar despesa obrigatória sem indicar receita recorrente, muito menos aumentar dívida para pagar salário. Até mesmo no caso do novo Bolsa Família não está claro qual será a fonte de receita se esse benefício de R\$ 400 for permanente. A PEC fere as leis orçamentárias e, se o Congresso permitir isso, vai acabar sendo parceiro do caos", destacou o especialista em contas públicas Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

Para Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, mesmo com as restrições orçamentárias, o governo deverá tentar conceder reajuste ao funcionalismo. Ele lembrou que Bolsonaro tinha comentado sobre isso em junho, mas a equipe econômica não incluiu a previsão na proposta orçamentária enviada ao Congresso. "Aparentemente, eles vão tentar dar algum reajuste abaixo da inflação. O presidente não quer enfrentar greves e manifestações em plena campanha. O problema vai ser encontrar espaço fiscal", avaliou.

As estimativas do mercado para a inflação deste ano giram em torno de 10%. "Considerando que vai ter

mais funcionário público no ano que vem, porque ainda existem alguns concursos programados, o custo de um reajuste em torno de 5%, que é mais provável, poderá ficar entre R\$ 15 bilhões e R\$ 17 bilhões", apostou Velho.

Na avaliação do economista Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda no governo José Sarney (MDB) e sócio da Tendências Consultoria, o descontrole fiscal será maior se o ministro da Economia, Paulo Guedes, concordar com o reajuste prometido por Bolsonaro. "Se ele baixar a cabeça mais uma vez, vai piorar o lado fiscal, e a credibilidade do governo vai cair mais ainda, porque ficará claro que a PEC não é para ajudar os pobres. Se o bom senso existir, o governo vai desistir, mas vai descontentar os servidores", destacou.

## Congelamento

De acordo com o ministro Paulo Guedes, o congelamento dos salários dos servidores por dois anos foi a contrapartida para a aprovação do chamado Orçamento de Guerra, que permitiu o pagamento do auxílio emergencial durante a pandemia da covid-19.

"Conseguimos algo que nenhuma reforma administrativa conseguiu. Nós economizamos R\$ 150 bilhões nos três níveis de governo por não ter reajuste. Nenhuma reforma administrativa dá um resultado fiscal deste tamanho", disse, Guedes, ontem, durante encerramento de evento organizado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) da pasta.

O ministro ainda admitiu que, devido ao aumento dos gastos no próximo ano, principalmente, para o Auxílio Brasil, nos moldes em que a ala política vem pressionando a equipe econômica, o deficit das contas públicas deverá ficar acima de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e, portanto, superar o deste ano, que, pelos números mais recentes, "será inferior a R\$ 100 bilhões".

Conforme os cálculos de Felipe Salto, diretor-executivo da IFI, para cada ponto percentual de aumento na folha do funcionalismo, a despesa anual do governo aumenta de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões. Ou seja, se houvesse uma correção dos salários pela inflação, o custo poderia chegar até a R\$ 40 bilhões. Resta saber como o governo vai conseguir fechar a conta com tantas promessas para agradar aos eleitores e aos parlamentares da base aliada. Apenas as emendas do relator-geral devem girar em torno de

R\$ 17 bilhões, pelas contas de Castello Branco.

# Lira nega que servidor vá ter reajuste

## BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem desconhecer a abertura de espaço fiscal para o reajuste de servidores a partir da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios.

“O texto, aprovado por deputados e em análise pelo Senado, foi usado pelo presidente Jair Bolsonaro para sinalizar o aumento de salário ao funcionalismo. Ele disse na terça que a medida beneficiaria “todos” os senadores, “sem exceção”. “Eu absolutamente não vi e não conheço esse espaço (fiscal). Os números que foram apresentados pela Economia para a Câmara não previam esse aumento. Eu penso que aquele portfólio de custos possa ser honrado, para que a gente tenha a fidedignidade do que foi acertado nas discussões do plenário, para que seja mantido (o combinado)”, afirmou Lira.

Nas últimas semanas, o governo vinha discutindo um reajuste de 5% para os servidores, o que teria um custo de R\$ 15 bilhões. Esse espaço só seria aberto com a PEC, que libera R\$ 91,6 bilhões no Orçamento do próximo ano.

“Não vi esse espaço [fiscal]. Os dados apresentados pela Economia para a Câmara não previam aumento”

Arthur Lira, presidente da Câmara

Lira deixou claro que não há ambiente político para aprovar a reforma administrativa este ano.

## AUXÍLIO

Para tentar driblar a resistência dos senadores à PEC dos Precatórios, o governo está acenando com uma série de alterações no texto já aprovado na Câmara. Para evitar nova votação de deputados após a aprovação no Senado, a proposta seria fatiada. As mudanças seriam incorporadas por outra PEC.

Um acordo que está sendo costurado com o Senado, o governo e a Câmara pode abranger desde o fatiamento da proposta até compromissos fora do tema principal da PEC. Tudo para tentar viabilizar os 49 votos necessários entre os 81 senadores.

O governo está discutindo colocar na PEC uma vinculação para que todo o espaço no Orçamento a ser aberto pela proposta seja destinado ao Auxílio

Brasil, a programas de assistência social e ao reajuste pela **inflação** de despesas obrigatórias (**Previdência Social**, abono salarial e seguro-desemprego).

Na prática isso impede que o valor obtido na PEC seja destinado a reajuste de **servidores públicos** e para emendas parlamentares, como prometeu o Presidente.

O governo aceitou ainda transformar o Auxílio Brasil num programa permanente de renda mínima. Até agora, a previsão do governo era pagar um benefício mínimo de R\$ 400 até dezembro de 2022, pouco depois das eleições nas quais Bolsonaro pretende concorrer à reeleição.

# 'Não vi espaço para aumento de servidores', diz Lira sobre PEC

**HEITOR MAZZOCO**

Texto enfrenta críticas de senadores, que devem modificar proposta da Câmara

Em entrevista coletiva na tarde de ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), declarou não ter visto dados na PEC dos Precatórios, em análise no Senado, que apontem para viabilizar o aumento salarial de servidores. O presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), afirmou que concederá aumento ao funcionalismo com aprovação da PEC.

"Não vi este espaço, não conheço. Os números apresentados pela Economia não previam aumento.

Aquele portfólio de custos espero que possa ser honrado.

Não me lembro de espaço para aumento de funcionários", disse o deputado.

**VOTAÇÃO NO SENADO.** Lira afirmou que a PEC dos Precatórios, aprovada na Câmara no começo deste mês, deve ser levada ao plenário do Senado no dia 30.

"Estamos esperando a votação da PEC dos Precatórios no Senado. Pode ser que aprovem o texto da Câmara, pode ser que ocorram modificações. Esperamos que não ocorram grandes modificações pelo pouco tempo para implantação do programa.

Mas respeitamos qualquer decisão do Senado. Mas espero que 95%, 96% do texto tenha a sua aprovação.

Nós tivemos reunião com Rodrigo Pacheco (presidente do Senado), o relator (senador) Fernando Bezerra foi lá (na reunião)", disse.

Lira ainda completou: "A CCJ (Comissão de Constituição de Justiça) é na quinta, e no plenário, dia 30. Daqui pra lá é trabalhar para que ocorra uma votação tranquila".

Folga fiscal

Senadores buscam alternativa

BRASÍLIA. Com críticas à PEC dos precatórios, três senadores de PSDB, Podemos e Cidadania apresentaram ao governo uma proposta alternativa. O texto mantém a fórmula de correção atual do teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à **inflação**, mas retira os R\$ 89 bilhões em pagamentos de dívidas judiciais de seu alcance em 2022. Do espaço aberto, R\$ 64 bilhões seriam carimbados para o Auxílio Brasil.

Pela emenda, o espaço fiscal aberto em 2022 seria de R\$ 89 bilhões, exatamente o montante de despesas com precatórios, que ficariam fora do teto no ano que vem. Desse valor, R\$ 64 bilhões seriam destinadas ao Auxílio Brasil, e o restante a outras despesas com **seguridade social**.

Com o dinheiro carimbado para o Auxílio Brasil, o governo seria obrigado a cortar outras despesas, para avançar em medidas como reajuste a servidores, aumento do fundo eleitoral e prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores.

A emenda foi apresentada pelos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE), José Aníbal (PSDB-SP) e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que entre terça-feira e ontem já se reuniram ao menos três vezes com o relator Fernando Bezerra (MDB-PE) para discutir o conteúdo da PEC.

Emendas

Arthur Lira (PP-AL) comentou o projeto de resolução para dar mais transparência às emendas de relator e afirmou que há uma convergência com o Senado sobre o tema.

Resolução. Ele afirmou que Rodrigo Pacheco está mantendo conversas para resolver a questão e disse que a alternativa é que as emendas de relator se transformem em emendas discricionárias. "Aí, governo federal vai pagar a quem quiser, quando quiser, quanto quiser e de acordo com o que quiser, sem nenhum tipo sequer de fiscalização", afirmou.

Site: <http://digital.otempo.com.br/leitor>

## Lira não vê espaço

É inviável utilizar o espaço no orçamento que pode ser aberto na PEC dos Precatórios para pagar um reajuste salarial aos servidores. Foi o que disse ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Ele rebateu a promessa que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) fez na última terça-feira, quando afirmou que planeja usar parte do espaço liberado pela PEC para aumentar o salário dos funcionários públicos em 2022, que é ano eleitoral. Lira argumentou que discussões envolvendo a PEC devem ser fiéis às previsões orçamentárias que já foram amplamente divulgadas.

"Eu, absolutamente, não vi esse espaço, não conheço esse espaço, os números que foram apresentados pela Economia para a Câmara dos Deputados não previam esse aumento. E eu penso que aquele portfólio de custos, que foi amplamente divulgado para a imprensa, deve ser honrado, para que a gente tenha a fidedignidade de que o que foi acertado nas discussões de Plenário seja mantido na votação da PEC", afirmou, após reunião de líderes dos partidos na Câmara.

"Eu não me lembro, a não ser que eu esteja errado, de que tenha algum tipo de espaço para dar aumento a funcionários naquela proporção da abertura de espaço orçamentário", prosseguiu.

### Máquina pública

Entre políticos de oposição ao governo, a ideia de abrir espaço orçamentário em 2022 para além do Auxílio Brasil assusta, já que Bolsonaro tem a máquina pública na mão e terá mais dinheiro para gastar pensando em reeleição. Para especialistas, isso pode significar um elevado gasto público com ações de cunho populista.

A PEC dos Precatórios, por enquanto, não tem data certa para ser votada, e o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), responsável pela relatoria da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), quer colocar o tema em deliberação na próxima semana e levar o tema ao Plenário na primeira semana de dezembro.

"Eu espero e torço para que o texto tenha sua aprovação mantida em 95%, 96%. Sempre há aquele dispositivo de que textos comuns possam ser promulgados, e alguma diferença a gente possa trazer. Acho que a Câmara já trabalhou muito este ano, já votou muitas matérias difíceis. Eu espero não

ter, mais uma vez, esse trabalho no Plenário. Mas, se tiver, nós temos que estar prontos para terminar a votação dessa PEC. É importante", pontuou Lira, que descartou, ainda, a possibilidade de votar a reforma administrativa ainda este ano.

# Para garantir aprovação, governo admite ajustes na PEC

**DANIEL WETERMAN IDIANA TOMAZELLI**

Sem votos suficientes para aprovar a PEC dos precatórios no Senado, o governo analisa sugestões de ajustes, ainda que signifiquem uma tramitação mais demorada e o retorno do texto à Câmara dos Deputados.

As mexidas propostas por parlamentares "carimbam" recursos para o Auxílio Brasil, tornam o programa permanente e tentam evitar descontrole de despesas. Entre senadores governistas, circula uma tabela que indica 40 votos favoráveis garantidos e outros 13 possíveis - um cenário indefinido, diante da necessidade de apoio de no mínimo 49 congressistas.

O retrato do placar acendeu o alerta no governo, que agora trabalha para virar votos e sensibilizar senadores sobre a importância da proposta para viabilizar o pagamento de ao menos R\$ 400 aos beneficiários do novo programa social.

Mesmo a emenda apresentada pelos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE), José Aníbal (PSDB-SP) e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) na quarta-feira, propondo retirar os precatórios (dívidas judiciais) do teto de gastos (que limita o avanço das despesas à **inflação**), teria apoio limitado. Nas contas do governo, segundo apurou o Estadão/ Broadcast, essa versão tem "49 votos cravados" a favor, o que dá pouco conforto à base aliada para levar a PEC a votação.

"FARRA FISCAL". O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniu na manhã de ontem com o líder do governo na Casa, Fernando Bezerra (MDB-PE), também relator da PEC. Segundo apurou a reportagem, a disposição de Pacheco e da cúpula do Senado é a de aprovar a PEC, mas não como o governo quer. Pacheco tem dito a interlocutores que a proposta não se transformará em uma "farra fiscal" com a digital do Senado, com espaço para o uso dos recursos a outras finalidades que não o programa social.

Diante dessas negociações, Bezerra estuda "fatiar" a PEC para incorporar sugestões de senadores e assegurar o Auxílio Brasil de R\$ 400 ainda em dezembro. Segundo ele, a ideia é fazer mudanças mantendo o texto já aprovado na Câmara dos Deputados. A partir daí, haveria duas opções, sendo a

primeira promulgar a parte do texto já avalizada pelas duas Casas e enviar a "PEC paralela" para a Câmara, sob compromisso de votação rápida.

Bezerra afirmou, porém, que não descarta um retorno de todo o texto à Câmara, para nova votação em bloco. "O fatiamento é uma possibilidade, mas não tem decisão tomada sobre isso", afirmou. "Isso dependerá da natureza das alterações que serão inseridas no meu relatório." CONTRA O RELÓGIO. A negociação por mudanças, crucial para a aprovação, desagradou integrantes do governo. Uma das preocupações é a necessidade de nova votação na Câmara, admitida pelo próprio líder do governo no Senado. Isso pode atrasar ainda mais o cronograma de pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400.

Além das restrições da lei eleitoral, que obrigam o governo a implementar a mudança até 31 de dezembro, há preocupação com o impacto do atraso sobre a população. Nos primeiros dias de pagamento do novo Auxílio Brasil, beneficiários fizeram fila em busca de informações e para sacar os recursos, frustrados porque já esperavam os R\$ 400 prometidos pelo presidente Jair Bolsonaro.

A promessa do governo é pagar os R\$ 400 em dezembro, com um valor retroativo da diferença devida em novembro.

Embora seja viável rodar uma folha extraordinária para complementar o benefício assim que a PEC for aprovada, há o temor de que isso provoque ainda mais desencontros e confusão entre os beneficiários.

A área econômica prefere a aprovação do texto como veio da Câmara. Uma das razões é a de que a proposta de carimbar recursos na PEC para o Auxílio Brasil vai contra o mantra da equipe de evitar vinculações.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Congresso deve barrar reajuste a servidores e preservar emendas

A avaliação de líderes aliados do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) é que o Congresso deverá atuar contra um amplo reajuste salarial a servidores federais, principalmente se a medida exigir uma redução ainda maior no valor a ser destinado a emendas parlamentares e a despesas na área social em 2022.

Bolsonaro afirmou nesta semana que quer usar a verba a ser liberada pela proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que dá calote em dívidas da União reconhecidas pela Justiça, para dar um aumento linear a todos os servidores federais.

As negociações no Senado, porém, mostram que, para aprovar a PEC, o governo deverá alterar o texto e impedir que o aumento de despesas previsto na proposta seja usado para bancar o reajuste.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira (18) não ver espaço no texto da PEC dos Precatórios já aprovado pelos deputados para conceder aumento salarial a servidores (leia mais nesta página).

A PEC é o principal projeto de interesse do Palácio do Planalto atualmente no Congresso. Com a proposta, é possível ampliar em quase R\$ 100 bilhões a margem para gastos em 2022, ano em que Bolsonaro pretende concorrer à reeleição.

No entanto, essa cifra já está comprometida com outras medidas anunciadas pelo governo, como o aumento do benefício do Auxílio Brasil para R\$ 400 por mês.

Em viagem a Dubai e países do Oriente Médio, o presidente, por dias seguidos, repetiu que gostaria de usar o espaço aberto no Orçamento, com a eventual aprovação da PEC dos Precatórios, para conceder reajuste para servidores.

Até mesmo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que é relator da PEC, reagiu às declarações de Bolsonaro. "Acho que o cobertor está muito curto e acredito que todo o esforço que estamos fazendo agora não é para atender reajuste de servidores."

Aumento menor

Apesar da resistência no Congresso, o aumento prometido por Bolsonaro não pode ser totalmente descartado, mas tende a ser reduzido. Um reajuste de 5%, como estuda o governo, representaria um custo de R\$ 15 bilhões por ano. Esse valor pressionaria ainda mais o Orçamento de 2022, resultando em cortes em emendas e em recursos para medidas na área social, como um auxílio financeiro para caminhoneiros - também prometido por Bolsonaro.

Emendas são mecanismos usados por deputados e senadores para enviar dinheiro do Orçamento a obras e projetos em bases eleitorais. Para aprovar a PEC na Câmara na semana passada, o governo sinalizou com a liberação de emendas no ano eleitoral.

Em caso de um reajuste mais baixo do que 5% e que não afete os recursos para a área social e emendas, bancadas do Congresso alinhadas ao governo ou independentes devem então não se opor à medida.

Outro fator é que o lobby do funcionalismo público é um dos mais fortes no Legislativo. Em um cenário de forte reajuste salarial a todos, há receio na ala independente do Congresso de que Bolsonaro se fortaleça politicamente em 2022.

Por isso, apesar do aperto nas contas públicas, aliados do presidente articulam uma forma de garantir, pelo menos, um reajuste a policiais - base eleitoral do Bolsonaro. A medida deve custar menos de R\$ 1 bilhão no próximo ano.

Em relação à PEC dos Precatórios, líderes das principais bancadas já afirmam diretamente a Bezerra que o texto não passa do jeito que está e que por isso precisará fazer concessões.

O líder do governo já tem sinalizado que aceita incluir no texto final os pedidos do MDB, PSD e PSDB para que haja uma grande auditoria dos precatórios e que o programa Auxílio Brasil seja permanente.

O líder do PSDB, Izalci Lucas (DF), afirma que sua bancada vai se reunir após uma audiência pública para discutir a PEC dos Precatórios, na segunda-feira (22), para que os senadores do partido tomem uma posição única na votação.

Os tucanos, no entanto, ressaltam que não vão aceitar "irresponsabilidade fiscal" e que por isso o texto aprovado na Câmara precisará passar por mudanças. "Não pode ter carta branca para fazer tudo", afirma Izalci.

Uma das demandas das principais bancadas é uma manifestação explícita no texto da PEC que carimbe os recursos. Querem que fique clara a exata quantia que será destinada ao Auxílio Brasil, evitando que os recursos sejam destinados para outros fins.

A medida já era cogitada pelos senadores, assim que a proposta foi aprovada pela Câmara. Mas ganhou força após as falas de Bolsonaro em defesa de reajuste salarial.

O governo buscou inicialmente uma proposta de consenso, pois a margem de aprovação ainda é considerada apertada. Bezerra afirma contar com até 52 votos. São necessários 49 votos para a aprovação, de um total de 81 senadores. No entanto, há o temor de que essa margem de votos não se mantenha em todos os destaques que serão apresentados, e o governo teme eventuais derrotas.

No entanto, com a dificuldade de fechar uma proposta de consenso com senadores que apresentaram PECs paralelas, o governo partiu para a estratégia de angariar votos das principais bancadas, mesmo que tenha de ceder em alguns pontos.

A respeito das emendas para tornar o Auxílio Brasil permanente, Bezerra tem dito que pode ser negociado que esse item seja incluído na medida provisória que instituiu o programa, que está em tramitação na Câmara, não na PEC.

O líder do governo não descarta também acolher sugestões presentes na PEC alternativa, proposta por Alessandro Vieira (Cidadania-SE), José Aníbal (PSDB-SP) e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR).

Essa proposta tem um mecanismo que impede usar o espaço aberto no Orçamento com a concessão de reajustes salariais. Apesar de essa proposta ter perdido força, esse instrumento tem o apoio de grandes bancadas, que normalmente ditam o ritmo das votações.

A PEC alternativa prevê um espaço de R\$ 89 bilhões no Orçamento. Um dos principais motivos é que ela retira o pagamento de precatórios do teto dos gastos, em caráter excepcional no próximo ano. A equipe econômica do governo é contra essa ideia.

Além disso, alguns senadores manifestaram oposição a outro item da proposta, que prevê o fim de incentivos

fiscais.

Outro item que provocou divergências é o fim das chamadas emendas de relator. A proposta chegou a ser apresentada a Bezerra, mas em nenhum momento ganhou apoio do governo, nem mesmo das principais bancadas.

Um dos motivos é que Lira e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, trabalham em um projeto de resolução para tornar essas emendas mais transparentes. (Folhapress)

Lira diz não ver espaço para aumento salarial

O presidente da Câmara, Arthur Ura (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira (18) não ver espaço no texto da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Pre-catórios aprovado pelos deputados para conceder aumento salarial a servidores federais, como afirmou o presidente Jair Bolsonaro.

Ao final de reunião de líderes partidários realizada nesta quinta, o deputado disse não ver essa folga orçamentária. "Eu absolutamente não vi esse espaço, não conheço esse espaço, os números que foram apresentados pela Economia para a Câmara dos Deputados não previam esse aumento", afirmou.

"Eu penso que aquele portfólio de custos que foi amplamente divulgado para a imprensa, ele possa ser honrado para que a gente tenha a fidedignidade de o que foi acertado nas discussões de plenário ser mantido na votação da PEC", continuou. "Eu não me lembro pelo menos, a não ser que esteja errado, que tenha algum tipo de espaço para dar aumento a funcionários naquela proporção da abertura do espaço orçamentário."

Em Manama, capital do Bahrein, onde participou de evento empresarial, Bolsonaro afirmou que pretendia usar uma

parte da folga fiscal gerada pela eventual aprovação da PEC para conceder o reajuste.

"A **inflação** chegou a dois dígitos. Conversei com o (ministro da Economia) Paulo Guedes, e em passando a PEC dos Pre-catórios, tem que ter um pequeno espaço para dar algum reajuste. Não é o que eles merecem, mas é o que nós podemos dar", afirmou.

"Por causa da **inflação**, os servidores estão há dois anos sem reajuste. Com a questão da pandemia, isso até se justifica, porque muita gente perdeu o emprego ou teve até seu salário reduzido."

Apesar das declarações do presidente, técnicos do

Ministério da Economia alertam que a medida exigirá corte de despesas em outras áreas e apontam uma série de travas legais que devem limitar esse aumento salarial.

Na quarta (17), o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, afirmou que o espaço orçamentário a ser gerado em 2022 pela PEC dos Precatórios para elevar salários de servidores vai tirar recursos de outras políticas públicas.

Lira se reuniu mais cedo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o relator da PEC no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). O deputado disse que o clima para votação da proposta na Casa vizinha era "muito positivo."

"Houve muitas sugestões, como é normal, mas penso que alguns ajustes ali propostos possam ainda mais aprimorar a PEC. E vamos esperar o resultado. Deve ser na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) na semana que vem e no plenário no dia 30. Daqui para lá, trabalhar para que ocorra votação tranquila e que possam ser preservados pontos importantes", disse.(fp)

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/19-novembro-2021/1o-caderno>

# Algumas linhas sobre precatórios (Artigo)

**Rogério Gallo é procurador e secretário de Fazenda do Estado**

Tenho tratado neste espaço sobre temas relevantes e atuais relacionados à gestão fiscal no Brasil. Fácil reconhecer que, atualmente, os precatórios estão no centro das atenções. E isso porque o governo federal apresentou, no Congresso Nacional, proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera e cria limites para a União pagar seus precatórios. É a PEC 23/2021 em tramitação no Senado Federal.

Mas, o que são precatórios?

São dívidas dos entes públicos baseadas em condenações judiciais que não caibam mais qualquer recurso, em favor de pessoas físicas ou jurídicas. Desde uma ação de indenização contra um município por acidente de trânsito causado por um veículo da municipalidade até uma ação que objetive restituir um pagamento indevido de **tributos**, o resultado destas ações é uma ordem do Tribunal contra o ente público determinando que se preveja no orçamento valor suficiente para o pagamento do credor.

Há regras, porém, para este pagamento. O orçamento respeita o princípio da anualidade, isto é, é aprovado em um ano para ser executado no exercício financeiro seguinte. Outro princípio orçamentário é o do equilíbrio, que preconiza a necessidade de as despesas corresponderem às receitas projetadas para o ano seguinte.

Mas como compatibilizar estes dois princípios (anualidade e equilíbrio orçamentário) com dívidas que podem surgir a qualquer momento, dentro do exercício?

O art. 100, da Constituição Federal, estabeleceu uma regra específica para isso. Se o precatório tiver sido apresentado até o dia 1º de julho pelo juiz ao presidente do Tribunal, os entes públicos são obrigados a preverem recursos no orçamento para pagamento até o último dia do ano seguinte. Este é o regime comum de pagamento de precatórios.

Se for apresentado posteriormente a 1º de julho, a dívida deverá ser paga até o último dia do segundo ano subsequente. Isso assegura previsibilidade orçamentária para os entes públicos. Contudo, como, no Brasil, há exceção para toda regra, nos precatórios não seria diferente. Antes, porém, um dado. Em 31 de dezembro de 2020, havia 194 bilhões de precatórios,

dos quais 142 bilhões já vencidos, o que significa dizer que 73% dos precatórios não foram pagos de acordo com o que estabelece o regime comum previsto na Constituição Federal.

Com base nesse estoque vencido de precatórios, que, a rigor, poderia ensejar o sequestro das contas públicas e inviabilizar a execução de políticas públicas, a Emenda Constitucional nº 62, de 2009, criou o regime especial de pagamento de precatórios, permitindo o seu parcelamento para além do prazo previsto como regra geral.

Para resumir, atualmente, pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021, os entes públicos devem pagar seus precatórios vencidos até o ano de 2029, pagando, no mínimo, o valor que pagavam em 2015 em relação à sua receita corrente líquida. Esta última emenda esticou o prazo previsto para 2024 em cinco anos.

E por que estamos falando de precatórios?

Porque a União teve uma apresentação recorde de precatórios que venceriam em 2022, no valor de 89 bilhões. O ministro Paulo Guedes, inclusive, os apelidou de meteoro.

Daí que, além dos dois regimes de pagamento já vistos, está a se propor o parcelamento dos maiores precatórios que compõem os 89 bilhões em três parcelas anuais e, também, a criação de um novo regime de pagamento para a União durante os 20 anos de vigência do regime fiscal intitulado 'teto de gastos'. Nesse período, haveria limite para apresentar dívidas de precatórios contra a União, baseado no valor pago em 2016 corrigido pelo IPCA.

Se é impactante conhecer as (várias) regras de pagamentos dos precatórios, é muito mais impactante não se discutir, com seriedade, a causa da escalada dessas dívidas de precatórios.

**Site:**

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10711>

# O calote do calote (Fórum dos Leitores)

Uma verdadeira bomba fiscal será armada, caso o Senado Federal aprove a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera o pagamento dos precatórios.

Os governos futuros terão de lidar com um montante de mais de R\$ 500 bilhões em dívidas judiciais não pagas, ou seja, será o calote do calote. A informação vem de uma consultoria contratada pela Câmara dos Deputados.

A PEC dos Precatórios é, por si só, inconstitucional, visto que altera o princípio da coisa julgada, cláusula pétrea da Constituição.

A proposta, amplamente defendida pelo governo Bolsonaro, cria uma verdadeira armadilha fiscal e, ao mesmo tempo, exigirá dos próximos mandatários modificações permanentes no texto constitucional, uma vez que não haverá recursos para pagar o valor acumulado. A não ser, é claro, que haja aumento de **impostos**. É lamentável que a Câmara tenha chancelado uma medida como esta. Aliás, é igualmente deplorável que o Congresso Nacional se curve a interesses eleitorais, ao invés de pensar no futuro do País. As contas públicas precisam de atenção e de responsabilidade, caso contrário, os problemas econômicos da atualidade serão apenas o início do pior.

Willian Martins [martins.willian@yahoo.com.br](mailto:martins.willian@yahoo.com.br)  
Guararema

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Risco fiscal derruba a Bolsa

Refletindo o ambiente externo desfavorável e, sobretudo, o aumento da percepção de risco sobre a situação fiscal no país, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) teve, ontem, a quarta perda diária consecutiva. O Ibovespa, principal indicador dos negócios, caiu 0,51%, para 102.426 pontos, o menor nível de fechamento desde 6 de novembro de 2020. Na semana, o índice da B3 cai 3,68% e, no mês, 1,04%, enquanto, no ano, a retração chega a 13,94%. O mau humor dos investidores com os ativos domésticos foi sentido também no mercado de câmbio, onde o dólar subiu 0,83%, fechando a R\$ 5,57.

Segundo analistas, o impasse na votação da PEC dos Precatórios e as incertezas com a possibilidade de novos gastos ? como o reajuste salarial dos **servidores públicos** defendido pelo presidente Jair Bolsonaro ? estão no centro das preocupações do mercado. A apresentação de versão alternativa da PEC por um grupo de senadores que, caso venha a prevalecer, resultará em nova apreciação na Câmara dos Deputados, alongando o processo de tramitação da matéria, causa desconforto entre os investidores. "A reação ruim não é por conta da proposta em si, que manteria o teto de gastos em pé, algo positivo, sem pedalada nos precatórios, mas, sim, em razão do prolongamento do período de incerteza", disse Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos.

O mercado teme, também, que a apresentação do novo texto atrase a aprovação definitiva da proposta e faça o governo lançar mão de créditos extraordinários para bancar o Auxílio Brasil. A insegurança contaminou também o mercado de juros. No fim da sessão, o contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 estava na máxima de 12,165% ao ano, ante 12,036% na terça-feira, e a do DI para janeiro de 2025 fechou em 12,09%, em comparação a 11,996% no dia anterior.

# Imposto menor sobre folha de pagamento custará R\$ 6 bi ao governo em 2022

**Fabrizio de Castro**

A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado calcula que uma nova prorrogação da desoneração da folha de pagamentos para setores específicos da economia terá um impacto, sobre o Orçamento federal, de R\$ 6 bilhões em 2022 e de R\$ 9 bilhões em 2023.

Uma proposta de prorrogação até 2023 para 17 setores foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara na quarta-feira (17). Por ter caráter terminativo - ou seja, não precisou passar pelo plenário da Câmara - o projeto foi encaminhado ao Senado e deve ser discutido na próxima semana.

Originalmente, a proposta era de prorrogação até 2026, mas o texto final alterou a data para 2023. A mudança foi feita em acordo com o governo. Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro já havia anunciado a intenção de prorrogar o benefício, mas por dois anos, até o fim de 2023, e não por cinco anos.

Pelas regras atuais do benefício, essas companhias podem optar entre pagar 20% de contribuição previdenciária sobre os salários dos funcionários ou um percentual entre 1% e 4,5% sobre o faturamento bruto. Muitas empresas têm escolhido a segunda alternativa, o que, na prática, diminui o custo para contratação e manutenção de funcionários.

A justificativa de parte do governo e de deputados favoráveis à continuação da medida é de que, ao se manter a desoneração, serão preservadas vagas em setores econômicos de alta empregabilidade, em um momento em que o país ainda luta para se recuperar da crise econômica.

Críticos à proposta lembram que a desoneração favorece setores específicos, e não todas as empresas. Além disso, o espaço no orçamento é limitado.

De acordo com Felipe Salto, diretor-executivo da IFI, a despesa de R\$ 6 bilhões poderá ser acomodada no Orçamento de 2022 dentro da folga fiscal que pode ser gerada pela aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos precatórios, atualmente em análise do Senado.

Em 2011, a então presidente Dilma Rousseff editou uma Medida Provisória criando o mecanismo que reduz os encargos trabalhistas das empresas de alguns setores.

A intenção era estimular as companhias que mais empregam, em um momento em que o Brasil ainda sentia os efeitos da crise financeira internacional de 2008.

A previsão inicial era de que a desoneração duraria até o fim de 2014, mas o mecanismo foi sendo prorrogado ao longo dos anos, sob o lobby das empresas no Congresso.

A última prorrogação, avalizada pelo presidente Jair Bolsonaro em novembro de 2020, estabeleceu o dia 31 de dezembro de 2021 como data limite para a desoneração.

Dentro da equipe econômica, a visão era de que a desoneração da folha precisaria ser mais ampla que a apresentada, abrangendo todos os setores. A perda de arrecadação seria compensada por uma **reforma tributária** - que não avançou no Congresso.

Com a proximidade do fim do prazo, representantes dos setores beneficiários voltaram a atuar em Brasília, pressionando os parlamentares por uma nova prorrogação. Na semana passada, sem dar detalhes, Bolsonaro confirmou que a intenção é ampliar o prazo por mais dois anos.

A lista de setores beneficiados pela desoneração tem mudado ao longo do tempo. Atualmente, são 17 os tipos de empresas que têm direito ao benefício.

Entre elas, estão empresas de análise e desenvolvimento de sistemas, programação, call center, transporte rodoviário e ferroviário, construção civil e empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Por enquanto, a alternativa para bancar a prorrogação da desoneração da folha é a PEC dos precatórios, que virou a fonte principal de recursos para uma série de iniciativas divulgadas pelo governo de Jair Bolsonaro.

A PEC já foi aprovada em dois turnos na Câmara e está atualmente em tramitação no Senado. Se

aprovada, ela abrirá um espaço fiscal de R\$ 91,6 bilhões no Orçamento de 2022, pelo cálculos do Tesouro Nacional.

Precatórios são títulos que representam dívidas que o governo federal tem com pessoas físicas e empresas, provenientes de decisões judiciais definitivas . Quando a decisão judicial é definitiva, o precatório é emitido e passa a fazer parte da programação de pagamentos do governo federa. A PEC estabelece, entre outras coisas, o adiamento do pagamento de parte destes precatórios em 2022.

O dinheiro será usado para bancar, entre outras coisas, o Auxílio Brasil , o programa social que vai substituir o Bolsa Família. A intenção do governo é pagar R\$ 400 a cerca de 17 milhões de beneficiários durante 2022, ano em que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tenta a reeleição.

Com esta folga de R\$ 91,6 bilhões, serão pagos ainda despesas com o aumento do salário mínimo e de benefícios previdenciários. Parte do dinheiro vai também para as áreas de saúde, educação e para emendas parlamentares individuais.

Sobrarão ainda, pelas contas do Tesouro Nacional, cerca de R\$ 10 bilhões, sem destinação . Para o IFI, esta sobra ficará em R\$ 24,5 bilhões. É a partir desta sobra que podem sair os R\$ 6 bilhões para bancar a desoneração da folha em 2022.

Felipe Salto, da IFI, avalia que o efeito fiscal da desoneração é relevante .

Para o consultor Raul Velloso, especialista em finanças públicas, a desoneração da folha de pagamentos das empresas é algo positivo.

Toda esta engenharia de gastos que pode permitir a ampliação do prazo de desoneração da folha, porém, depende do Congresso. O projeto de lei que trata da desoneração ainda precisa passar pelo Senado.

Já a PEC dos precatórios deverá passar por comissão e pelo plenário do Senado . Se o texto sofrer alterações, precisará voltar à Câmara, para nova votação, antes de ir para sanção de Bolsonaro.

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/11/19/desoneracao-da-folha-vai-custar-mais-r-6-bi-ao-governo-em-2022-diz-ifi.htm>**

## Alívio prorrogado (Editorial)

Proteger a atividade produtiva do país, com a medida conhecida por "desoneração", é um dever do Congresso Nacional, ao seguir a máxima de buscar defender proposições positivas para toda a cidadania, visando mais benefícios a empresários e trabalhadores.

Ao prolongarem a redução dos encargos tributários com as folhas de pagamento, até 31 de dezembro de 2023, os parlamentares são convincentes na intenção de preservar as margens de ganho das empresas, além de proteger os postos de trabalho ameaçados.

Teria como efeito benfazejo para 17 setores da economia o reforço decisivo a fim de evitar falências e concordatas, em um contexto fiel aos efeitos da pandemia, apesar do recente recuo de óbitos e contágios, devido ao cotidiano avanço da imunização.

Não é difícil entender a proposta aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, pois trata-se de substituição da incidência das contribuições previdenciárias, deixando de ter a folha de pagamento como base, para serem calculadas sobre a receita bruta.

O esperado alívio pode servir para uma avaliação mais acurada, pois caso multiplique-se o número de empreendimentos preservados, proporcionará um bem geral a ponto de ser incluído definitivamente na **reforma tributária** em trâmite, como política oficial.

Há boas razões para formar crença na hipótese de a prorrogação transcender à dimensão de ideologia, como suposta estratégia de impor sensação de melhoria para a coletividade, sem correspondência na prática, se mantida extinção ao final deste ano.

Em outro viés, às empresas interessaria proteger e ampliar seus lucros, condição para expansão dos negócios, restando aos empregados contentar-se em aceitar adaptações nos contratos a fim de conservar seu meio de sobreviver e pagar as contas.

As impressões acumuladas com a experiência em vigor desde 2014 sinalizam o acerto dos congressistas, embora o Estado deixe de arrecadar um montante aproximado de R\$ 8 bilhões somente em 2022, a título de incentivo em prol do melhor resultado social.

**Site:**

**[http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_18257898B1F572475EBD81647C744335BBE84CFC3FF190C432208E74C952F50F92195A191E48640A947FA3B3787B807118979A0A628F99EE72FFFB06D273B85B5789DBEB3B39B9B85E8229DF9834D680353E58C13F04E1CE8502A0ED8978250ADCE8C658BDAE749886FD507B9503B7CE1357093E97FC8E3DCCE3E6](http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_18257898B1F572475EBD81647C744335BBE84CFC3FF190C432208E74C952F50F92195A191E48640A947FA3B3787B807118979A0A628F99EE72FFFB06D273B85B5789DBEB3B39B9B85E8229DF9834D680353E58C13F04E1CE8502A0ED8978250ADCE8C658BDAE749886FD507B9503B7CE1357093E97FC8E3DCCE3E6)**

# Setores pressionam por novo Refis

**ADRIANA FERNANDES**

Representantes de diversos setores da economia cobram do Congresso a aprovação de projeto de lei que cria novo Refis para o parcelamento de dívidas de empresas e de pessoas físicas com o governo federal.

O programa deve abranger de **tributos** como o Imposto de Renda a parcelas atrasadas do eSocial, a plataforma de registro para o cumprimento de obrigações trabalhistas e tributárias.

Parado há mais de três meses na Câmara, o projeto é uma medida de enfrentamento da crise provocada pela covid-19 que foi acertada entre o governo e o Congresso para que as empresas possam ganhar fôlego para a retomada de investimentos e empregos.

O acordo era que o Senado votasse a reforma do IR aprovada pela Câmara. Em troca, os deputados aprovariam o Refis.

Mas a votação do IR, cobrada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acabou sendo barrada no Senado, e não se espera mais a sua votação em 2021. Lira, por outro lado, segurou a votação do Refis e de outro projeto também aprovado pelo Senado que parcela as dívidas das empresas do Simples Nacional.

"Não podemos esperar votar a PEC dos precatórios e o IR para ter um definição do Refis", disse Vivien Suruagy, presidente da Federação Nacional de Call Center, Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática.

Economista-chefe da Confederação Nacional de Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas disse que, para as empresas do setor, que devem ser afetadas pela alta de juros em 2022, a aprovação do Refis é essencial.

Ele avaliou que o projeto não foi aprovado ainda por razões políticas.

Segundo apurou o Estadão, Lira pode aproveitar um projeto que trata do Refis que já está na Câmara e fundi-lo ao projeto do Senado.

Com essa estratégia, a Câmara passaria a ser o órgão originário, o que daria aos deputados a palavra final.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Indústria diz que imposto que elimina PIS/Pasep aumenta carga tributária

**João José Oliveira**

Estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgado nesta sexta-feira (19) aponta que a alíquota padrão para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), novo imposto previsto na **reforma tributária** para eliminar o PIS/Pasep e a Cofins, na realidade aumenta a carga de **impostos** no país.

Segundo a entidade, para não haver esse aumento, o novo imposto deveria ser no máximo de 8,7% para os produtores de bens e serviços e 5,15% para as instituições financeiras. Segundo a CNI, o projeto encaminhado pelo governo tem alíquota padrão de 12% e de 5,8% para as instituições financeiras. Isso aumenta a arrecadação do governo em 40%, ou o equivalente a cerca de R\$ 100 bilhões, se comparados os dados com o ano de 2019.

A CBS é um tributo federal que surge na **reforma tributária** ampla promovida pela PEC 110. A entidade industrial destaca que apoia a aprovação da PEC 110, mas defende uma discussão sobre a alíquota.

De acordo com o gerente executivo de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles, a adoção da CBS reduz os efeitos negativos sobre a economia provocados pela cumulatividade da PIS/Cofins e torna o sistema tributário mais simples e transparente.

As mudanças trazem benefícios para a economia brasileira, principalmente com o aumento da competitividade dos produtos brasileiros em relação aos produzidos em outros países. Mas é fundamental que não aumente a carga tributária total da economia, afirma Telles.

Segundo a CNI, atualmente a tributação total do PIS/Cofins é de 9,1% da receita líquida, na média da economia, mas para a indústria, a tributação total é de 11,6% da receita líquida do setor.

Nos setores de serviços e agropecuária, a tributação total é de 6,9% e 5,9%, respectivamente, diz a CNI, considerando que a tributação total inclui o recolhimento direto feito pelo setor, o recolhimento nas etapas anteriores da cadeia produtiva que dá direito a crédito e ainda o resíduo tributário.

Segundo o economista da CNI, com a adoção da CBS,

a tributação total passaria a ser de 11,2% da receita líquida na média da economia, de 11,5% na indústria, de 10,7% nos serviços e de 5,6% na agropecuária. Isso, considerando uma alíquota padrão de 12% em todos esses casos.

Se fosse adotada a alíquota de 8,7% na CBS, a tributação total da indústria seria de 8,7% da receita líquida do setor, dos serviços seria de 8% e da agropecuária, de 4,3%.

**Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/11/19/industria-propoe-reduzir-aliquota-de-novo-imposto-cbs-que-elimina-pispasep.htm>

# Relator do Refis pretende ampliar para 15 anos o prazo para pagar dívidas

**ADRIANA FERNANDES**

O relator do projeto que reabre o programa de parcelamento de dívidas tributárias (Refis) na Câmara, deputado André Fufuca (PP-MA), antecipou ao Estadão que vai propor no seu relatório o alongamento do prazo de pagamento dos débitos de 12 anos (144 meses) para 15 anos (180 meses) e "democratizar" a regra de acesso para todas as empresas.

Pelo projeto aprovado no Senado, as empresas teriam benefícios para o pagamento dos débitos em função da queda do faturamento verificada entre março e dezembro de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019 (mais informações ao lado).

**REGRAS IGUAIS.** Agora, o relator quer que as regras sejam iguais para todas as empresas, inclusive a parcela da dívida que as companhias têm de pagar para aderir ao Refis, uma espécie de valor de entrada.

Fufuca, que é presidente nacional do PP, informou que pretende protocolar até terça da próxima semana o seu parecer.

A sua expectativa é de que o projeto seja votado na quarta-feira da semana que vem.

Como haverá mudanças, o projeto terá de retornar ao Senado para nova votação.

"Pretendo criar mecanismos para que as empresas sejam tratadas de forma linear. Tem de ser igual para todas", disse. Segundo ele, a tabela que cria faixas de queda de faturamento (de estabilidade a 80%) com descontos de multa, juros, encargos e valor da parcela de entrada diferenciados mais dificulta do que ajuda os contribuintes.

"Vai ter ação na Justiça. Como uma empresa vai ser tratada melhor do que a outra?", questionou. Ele citou o caso de companhias que, para não fechar no vermelho, venderam patrimônio e, por isso, ficaram com o balanço positivo - o que não significa que não tiveram dificuldade.

**PANDEMIA.** A vinculação de condições melhores do Refis à queda do faturamento das empresas durante a pandemia da covid-19 foi uma exigência do ministro da Economia, Paulo Guedes, para aceitar um novo

parcelamento. No Ministério da Economia, há uma rejeição aos inúmeros Refis que foram feitos nos últimos 20 anos. No entanto, por causa da pandemia, a equipe econômica cedeu a mais um programa, desde que estivesse relacionado às dificuldades relacionadas à crise sanitária.

O relator disse que será mantida a essência do projeto aprovado no Senado, relatado pelo líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE). A estratégia do relator é construir um texto com todos os partidos para evitar atrasos na votação.

**SUGESTÃO.** Para o tributarista Luiz Bichara, da Bichara Advogados, a votação do Refis é fundamental para reduzir os impactos da crise, tanto empresas quanto pessoas físicas. Na sua avaliação, dois pontos têm de ser ajustados. O primeiro é a entrada para ingressar ao programa, que, na sua concepção, é muito alta. Na maioria dos casos, ela é 20% do total da dívida que vai ser parcelada. Ele defende também o uso integral dos prejuízos acumulados para abater **impostos**. "O prejuízo tem de ser desovado. Do contrário os contribuintes que têm histórico de resultado negativo principalmente na pandemia não vão superar a crise."

12 anos é o tempo previsto para a quitação das dívidas tributárias no projeto de refinanciamento dos débitos com a União aprovado pelo Senado.

Perguntas e respostas

O que é um Refis?

É um programa de renegociação de dívidas de contribuintes (pessoas físicas e empresas) com a União.

Com ele, é possível reduzir multas e juros, e até mesmo efetuar um parcelamento dos valores devidos. Quais débitos poderão ser negociados?

De acordo com o texto aprovado no Senado, poderão ser incluídas dívidas de **tributos** federais (Imposto de Renda, para pessoas físicas e jurídicas; Imposto sobre Produtos Industrializados, para a indústria; Imposto sobre Importação, para mercadorias vindas de fora do País etc) até o último dia do mês anterior à entrada em vigor da lei. Quais são as condições para as dívidas

atreladas à queda no faturamento?

A proposta estabelece seis faixas: 1) estabilidade no faturamento; 2) queda maior ou igual a 15%; 3) queda maior ou igual a 30%; 4) queda maior ou igual a 45%; 5) queda maior ou igual a 60%; e 6) queda maior ou igual a 80%. Conforme a faixa, o percentual da dívida que precisa ser pago para aderir ao programa vai variar de 25% (na primeira faixa) a 2,5% (na última faixa) Como serão os descontos?

Descontos de juros e multas variam de 65% a 90%, enquanto os descontos relacionados a encargos legais e honorários vão de 75% a 100%, dependendo da faixa Como poderá ser a adesão das empresas que tiveram prejuízo fiscal?

Empresas com patrimônio líquido negativo, verificado no balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2020, também poderão aderir ao programa, na mesma faixa destinada a negócios que tiveram queda de faturamento no patamar de 15% Como pode funcionar para pessoas físicas?

As pessoas físicas pagarão 2,5% da dívida para aderir ao programa e terão desconto de 90% em juros e multas, além de desconto de 100% em encargos e honorários. Mas, para ter acesso às condições mais favoráveis, elas precisarão ter enfrentado redução de rendimentos tributáveis igual ou superior a 15% em 2020, em relação a 2019. Caso essa redução seja inferior a 15%, a entrada será de 5% do valor da dívida e os descontos, conforme o parecer, "serão menos expressivos"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A diferença entre despesa e investimento (Artigo)

***Dora Ramos é consultora contábil com mais de 30 anos de experiência, além de terapeuta holística e reikiana há 25 anos***

Fazer a gestão de um negócio, independentemente do porte ou segmento da empresa, não é uma tarefa simples, envolve lidar, de forma atenta, com diversos dados, custos e valores.

Para que a gestão financeira seja feita de forma correta é preciso saber as diferenças entre despesa e investimento.

Esse conhecimento também é fundamental para o desenvolvimento do planejamento estratégico empresarial e para tomada de decisões.

O que são investimentos?

- Os investimentos são os gastos com o objetivo de aumentar a receita, a médio ou a longo prazo, ou de melhorar a imagem da organização. Ou seja, são as ações praticadas com a intenção de obter retorno positivo.

O que são despesas? - Diferente do investimento, as despesas não trazem retornos financeiros futuros. Mas, quando bem planejadas, são essenciais porque servem para fazer a empresa funcionar. Ou seja, a despesa é o dinheiro utilizado na manutenção da companhia. Como exemplo, conta de água, luz, internet, aluguel, imposto, propaganda, salário e comissão, que são divididos entre despesas variáveis e fixas. As despesas fixas são as que não dependem do volume de venda, como aluguel, telefone e segurança.

Já as variáveis, alteram conforme o volume de vendas, como comissões e, até mesmo, **impostos**.

Gestão financeira assertiva - Uma dica que sempre reforço é: antes de adquirir um bem ou serviço, pondere se há utilidade real na rotina organizacional. Pense se o uso será apenas para um projeto ou se poderá ser aproveitado no futuro.

No caso do investimento, a intenção é que ele consiga gerar lucros com o passar do tempo. Portanto, reflita se aquele software que custa centenas de dólares pode se tornar apenas mais um programa que

ninguém vai usar. Ou se aquela assinatura de revista, que nenhum dos colaboradores lê, não é apenas mais um gasto desnecessário.

Investimento é, antes de tudo, análise. Por fim, não fique em dúvida sobre a gestão financeira do seu negócio. Se necessário, consulte um especialista para traçar as estratégias certas. Afinal, um único erro na contabilidade pode significar um grande prejuízo futuro.

**Site:**

**<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10711>**

# Projeções oficiais menos fantasiosas (Editorial)

Mais **inflação** e menos crescimento marcam as novas projeções do Ministério da Economia, mais próximas do dia a dia de empresários e consumidores. Num aparente surto de realismo, técnicos do Ministério reduziram de 5,3% para 5,1% a expansão econômica estimada para este ano, e de 2,5% para 2,1% o avanço provável em 2022. Pelas novas contas, a **inflação** deve atingir 9,7% em 2021 e 4,7% no próximo ano. Antes se apostava em 7,9% e 3,75%. As expectativas continuam mais otimistas que as do mercado, onde os cálculos do Produto Interno Bruto (**PIB**) indicam aumento de 4,88% neste ano e de 0,93% no seguinte.

Investimento em alta, recuperação dos serviços e retomada do emprego devem favorecer o crescimento do **PIB** nestes dois anos, segundo a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia.

Também se aponta, como fator favorável, "o bom carregamento estatístico de 2020". Tradução: a melhora acumulada no ano passado criou um ponto de partida elevado para a atividade em 2021. Os números confirmam esse dado, mas também apontam um desempenho medíocre a partir daí.

No primeiro trimestre o **PIB** foi 1,2% maior que nos três meses finais do ano passado. No segundo houve um ligeiro recuo e mais uma perda pode ter ocorrido no terceiro, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), publicado na última terça-feira. Indústria, serviços e varejo recuaram em setembro. A produção industrial e o comércio varejista já vinham alternando resultados positivos e negativos, ao longo de 2020, e o setor de serviços também parece - é algo a ser verificado - ter perdido vigor, diante de um mercado muito enfraquecido pelas dificuldades dos consumidores.

Alguma reanimação pode surgir, nas próximas semanas, com o 13.º salário e o início do pagamento do Auxílio Brasil, sucessor do programa Bolsa Família, mas no começo do ano poderá haver 20 milhões de pessoas - e respectivas famílias - sem ajuda oficial e com muita dificuldade para sobreviver.

O trabalho informal, precário e muito mal pago, tem sido um importante meio de sustento para esses brasileiros, mas é difícil dizer como estará esse tipo de atividade no início de 2022. Não há indício, por

enquanto, de melhoras significativas no mercado de trabalho nem sinais de uma forte retomada do investimento produtivo. O investimento em máquinas, equipamentos e obras tem-se mantido, segundo as estimativas, próximo de 18% do **PIB**, como em vários anos, mas agora se trata de 18% de um **PIB** emperrado.

O discurso oficial também continua alardeando a melhora das contas públicas e um compromisso com a seriedade fiscal. Mas essa melhora é em boa parte atribuível à **inflação** e, além disso, é difícil falar em seriedade quando o presidente da República insiste em gastos eleitoreiros e em troca de benefícios por apoio. Sua recente fala sobre possível aumento salarial ao funcionalismo surgiu como parte desse jogo. Não há dinheiro, advertiu o pessoal da área econômica. Só o presidente parecia desconhecer esse fato. Logo o presidente?

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Só pagar auxílios não basta; economia precisa crescer para a pobreza acabar

**\*\* Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

Na última semana, o potencial candidato à presidência da República, Sérgio Moro, fez um discurso eloquente, no qual incluiu na sua plataforma de governo a erradicação da pobreza no país. Isso obviamente não é novidade e qualquer candidato que queira ter alguma chance de vencer a eleição em um país tão pobre e com tanta disparidade como o nosso deve olhar para esse problema.

Só que a grande questão é que acabar com a pobreza implica ir muito além (e por muito mais tempo) do que a criação de um auxílio financeiro para os mais pobres, seja ele Bolsa Família, Auxílio Brasil ou qualquer outro nome que se queira dar.

No fundo, o auxílio financeiro é condição necessária, mas nunca suficiente para se resolver o problema, sendo apenas um remédio paliativo para que os que vivem em extremos estado de pobreza tenham condições mínimas de sobreviver e dar o próximo passo.

E o próximo passo depende de uma distribuição de riqueza mais justa na sociedade e, principalmente, de o país elevar sua capacidade de gerar renda. Hoje, apesar de termos um dos 10 maiores **PIB** do mundo, quando olhamos esse indicador de maneira per capita, passamos a figurar no 66º posto em uma comparação internacional.

Isso mostra que se queremos distribuir riqueza, precisamos criá-la, para não cairmos no populismo barato daqueles que apregoam implicitamente a distribuição de pobreza. E é aí que começa o nosso problema.

Sob o ponto de vista macro, dados todos os erros de política econômica que cometemos há anos, o nosso potencial de crescimento é baixo. Temos hoje uma economia com participação excessiva e disfuncional do Estado, que, por si só, já reduz nossa produtividade potencial.

Note-se que essa estrutura estatal disfuncional cria ainda uma trajetória insustentável para as nossas contas públicas, ampliando as incertezas no mercado e inibindo investimentos no país, o que, por óbvio,

reduz ainda mais nossa capacidade de gerar empregos e de crescer.

Já sob o ponto de vista microeconômico, é de conhecimento público que a produtividade média do trabalhador brasileiro é baixa (o que não quer dizer que se trabalha pouco por aqui). E não daria para se esperar coisa diferente, dado o nosso baixo nível educacional médio, um sistema de saúde público de qualidade questionável e até mesmo a baixa renda disponível para que as pessoas tenham uma alimentação mínima decente.

E é exatamente essa equação que precisa ser resolvida. O mercado de trabalho, como qualquer outro, é regido pela lei da oferta e da demanda. Se conseguirmos resolver os problemas macroeconômicos, seremos capazes de atrair novas empresas e gerarmos uma oferta maior de postos de trabalho, o que implicará uma maior demanda por mão de obra e menos pessoas na linha da pobreza.

Nesse aspecto, há que se considerar ainda que os melhores postos de trabalhos (aqueles que pagam mais) tendem a migrar para locais nos quais encontrem mão de obra qualificada, aquela de maior produtividade.

Assim, pelo lado da oferta, seria fundamental que a política pública fosse ainda direcionada para a qualificação da mão de obra no país, de maneira que pudéssemos competir com outros países no processo de atração dos melhores empregos. Se isso for feito, no médio e longo prazo conseguiríamos gerar mais riqueza para ser distribuída entre os membros da nossa sociedade.

Em realidade, o processo de erradicação da pobreza não pode prescindir de um ajuste macroeconômico crível e de melhorias contínuas na qualidade da nossa educação e saúde, algo que demanda tempo.

Na esfera educacional, se começarmos hoje, levaremos no mínimo 50 anos para mudarmos por completo a cara do país. Seriam duas gerações. Uma para formar professores e outra para formar os profissionais.

E este processo deveria envolver a ampliação de investimentos em educação, realocação de recursos

para os ensinos básico e fundamental, geração de incentivos corretos para professores, coordenação de movimento entre esferas de governo e até inclusão da sociedade civil e da iniciativa privada.

Na saúde, a situação deveria caminhar em linha semelhante e envolver, principalmente, investimento em melhoria de gestão e no processo de compras públicas. Por óbvio que, neste caso, os investimentos em qualificação e os incentivos criados também seriam fundamentais, além de haver espaço para contribuição da iniciativa privada.

Completando essa equação, seria importante ainda realizar uma **reforma tributária** mais justa (menos concentrada em **impostos** sobre o consumo e mais sobre a renda), que simplificasse o sistema tributário e que gerasse mais incentivos a investimentos.

Em realidade, se olharmos para países que cresceram mais rapidamente e que conseguiram erradicar a pobreza e redistribuir renda, tais como Japão e Coreia do Sul, veremos que foi esse o principal caminho trilhado. E essa foi uma decisão de Estado, encampada por toda a sociedade.

Temos que ter em mente que não existem atalhos. Este é o único caminho sustentável de distribuição de renda, sem que caiamos na velha armadilha da estagflação (**inflação** sem crescimento), como a que vivenciamos atualmente.

Mais do que isso, qualquer discurso político de erradicação da pobreza que não envolva os pontos aqui apresentados não passará de populismo barato e deveria ser rechaçado pelo eleitor nas próximas eleições.

**Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/cleveland-prates/2021/11/19/so-pagar-auxilios-nao-basta-economia-precisa-crescer-para-a-pobreza-acabar.htm>**

# Há "pessoas boas" no Centrão, afirma Moro

Com intenção de ser alternativa de terceira via na disputa presidencial, o ex-ministro da Justiça Sérgio Moro fez seu primeiro gesto na direção de partidos do chamado Centrão. Moro declarou que não se pode generalizar e que há "pessoas boas" no Centrão.

Na semana passada, Moro se filiou ao Podemos e, na última quarta, anunciou que o ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore é parte de seu grupo de conselheiros.

"Existe uma linha de princípio que há ética na política. Existem partidos e pessoas no Centrão que são pessoas boas. Não pode fazer essa generalização. Dentro de cada partido tem bons indivíduos que podem somar com projeto e diálogo republicano".

Moro traz como marta o combate à corrupção. O presidenciável era responsável pela Operação Lava a Jato, que prendeu políticos e dirigentes de empreiteiras. Ele não descarta alianças com a maioria dos partidos nem com seus ex-condenados. Moro afirmou que só não negocia com Lula e Bolsonaro.

"Houve uma perspectiva de mudança e as pessoas se frustraram porque expectativas não se confirmaram. Muita gente sente aquele espírito de desolação, de que está tudo perdido. Se o cidadão vai no supermercado e só tem dois produtos na prateleira, os dois produtos podem ser ruins, mas ele vai ter que escolher um deles. Precisamos apresentar outros produtos, projetos que tenham credibilidade".

O ex-ministro de Bolsonaro contou que está conversando com os governadores João Doria (PSDB) e Eduardo Leite (PSDB), o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (DEM) e a senadora Simone Tebet (MDB).

"O foco agora é a construção de um programa de governo, não tem como construir a chapa sem antes ter o projeto", disse referindo-se sobre definir o perfil da chapa presidencial que pode liderar.

Moro também tem apostado em assuntos como **inflação**, pobreza e o papel do Estado em um País extremamente desigual. O ex-juiz definiu a maioria de suas propostas econômicas como de "capitalismo cristão", mas esclareceu que ainda são um trabalho em andamento.

Entretanto, Moro afirmou que acredita no livre mercado, disse que a **inflação** é um problema que

precisa ser controlado com maior "credibilidade fiscal" e que empresas estatais ineficientes deveriam ser privatizadas.

# Sergio Moro faz aceno para o Centrão

Com intenção de ser alternativa de terceira via na disputa presidencial, o ex-ministro da Justiça Sergio Moro fez seu primeiro gesto na direção de partidos do chamado Centrão. Moro declarou que não se pode generalizar e que há "pessoas boas" no Centrão.

Na semana passada, Moro se filiou ao Podemos e, ontem, anunciou que o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore é parte de seu grupo de conselheiros. "Existe uma linha de princípio que há ética na política. Existem partidos e pessoas no Centrão que são pessoas boas. Não pode fazer essa generalização.

Moro não descarta alianças com a maioria dos partidos e ex-condenados. Dentro de cada partido têm bons indivíduos que podem somar com projeto e diálogo republicano".

Ex-juiz e ministro, que é candidato à Presidência da República, disse que existem partidos e pessoas "boas" no bloco Moro traz como marca o combate à corrupção. O presidenciável era responsável pela Operação Lava-Jato, que prendeu políticos e dirigentes de empreiteiras. Ele não descarta alianças com a maioria dos partidos nem com seus ex-condenados.

Sem conversa com Lula e Bolsonaro Moro afirmou que só não negocia com Lula e Bolsonaro. "Houve uma perspectiva de mudança e as pessoas se frustraram porque expectativas não se confirmaram. Muita gente sente aquele espírito de desolação, de que está tudo perdido.

Se o cidadão vai no supermercado e só tem dois produtos na prateleira, os dois produtos podem ser ruins, mas ele vai ter que escolher um deles. Precisamos apresentar outros produtos, projetos que tenham credibilidade", declarou o ex-juiz à Bloomberg.

Diálogo com PSDB, DEM e MDB O ex-ministro de Bolsonaro contou que está conversando com os governadores João Doria (PSDB) e Eduardo Leite (PSDB), o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (DEM) e a senadora Simone Tebet (MDB). "O foco agora é a construção de um programa de governo, não tem como construir a chapa sem antes ter o projeto", disse sobre definir o perfil da chapa presidencial que pode liderar. Moro também tem apostado em assuntos como **inflação**, pobreza e o papel do Estado em um país extremamente desigual.

O ex-juiz definiu a maioria de suas propostas econômicas como de "capitalismo cristão", mas esclareceu que ainda são um trabalho em andamento. Entretanto, Moro afirmou que acredita no livre mercado, disse que a **inflação** é um problema que precisa ser controlado com maior "credibilidade fiscal".

**Site:** <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/1963/19-11-2021/>

# Ciro Gomes ataca Bolsonaro, Lula e Moro

Na manhã de ontem, o pré-candidato do PDT à presidência da República, **Ciro Gomes**, concedeu uma entrevista ao vivo ao canal de TV CNN, no qual respondeu a questionamentos sobre o cenário que se desenha para 2022, e fez, como de costume, fortes críticas à gestão de **Jair Bolsonaro** à frente do governo federal.

"Temos um presidente se desmoralizando gravemente pela crise econômica sem precedentes, pela crise moral, pela crise da saúde pública, da pandemia (...) Você tem hoje claramente o Bolsonaro com 20 a 25% e 85, 80% do povo brasileiro procurando alternativas", disse **Ciro**.

Na visão dele, o Supremo Tribunal Federal (STF) devolveu ao ex-presidente **Luís Inácio Lula da Silva**, "precocemente o nome de candidato". "Lula estava cassado, sem direitos políticos, e volta dois anos antes da eleição com seus direitos políticos resolvidos e é o mais conhecido daqueles que antagonizam o **Bolsonaro**", afirmou o pedetista.

**Ciro**, que vem buscando o posto de candidato alternativo à polarização entre o bolsonarismo e o Partido dos Trabalhadores, afirmando que o país precisa discutir uma mudança do modelo econômico e de governança política.

"O modelo atual trouxe a corrupção, a fisiologia e o clientelismo para o centro do sistema político brasileiro e gerou uma tragédia. Considero que a tragédia **Bolsonaro** - sob o ponto de vista moral, político, ideológico, antidemocrático, genocida, corrupto - foi produto da tragédia econômica e moral da generalização da corrupção que o **Lula** impôs no Brasil", afirmou **Ciro**.

Um fato recente que movimentou o cenário da corrida presidencial foi a filiação e anúncio da pré-candidatura do ex-juiz federal que atuou na Operação Lava Jato, **Sergio Moro**, que além de ter sido o algoz de **Lula** no campo jurídico (e, posteriormente, considerado suspeito por seu julgamento no STF), Pesquisa divulgada na semana passada aponta **Ciro Gomes** em quarto lugar, superado por **Lula**, **Bolsonaro** e **Moro** tornou-se ministro da Justiça e Segurança Pública do governo **Bolsonaro** antes de se indispor com o presidente após uma suposta tentativa de interferência na Polícia Federal.

Uma pesquisa eleitoral realizada pela Genial Investimentos e Quaest Investimentos, divulgada na

semana passada, apontou 6% de intenção de voto para **Ciro Gomes**, logo atrás de **Moro**, com 8%, **Bolsonaro** com 21% e **Lula** na liderança com folgados 48%. Desde então, o pedetista vem fazendo críticas mais fortes ao ex-ministro de **Bolsonaro**.

"Qual é a compreensão que o **Sérgio Moro** tem do drama brasileiro? Do desemprego em massa, da informalidade, queda da renda, desvalorização da moeda, da inflação e destruição da indústria? Qual a proposta, vivência e experiência que ele tem para oferecer aos brasileiros?", questionou **Ciro**.

Site: [file:///C:/Users/ADM/Downloads/1-16%20\(17\).pdf](file:///C:/Users/ADM/Downloads/1-16%20(17).pdf)

# Guedes: candidatos vão prometer auxílio de R\$ 400 permanente

Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, previu ontem que todos os candidatos à eleição presidencial em 2022 vão prometer tornar permanente o auxílio de R\$ 400.

"Vai ser uma inevitabilidade política", disse Guedes, em evento no Ministério da Economia, citando o aprofundamento das desigualdades no País.

A proposta feita pelo governo é que o valor de R\$ 400 para o Auxílio Brasil vigore apenas em 2022, com margem para gastos aberta pela PEC dos Precatórios, em tramitação no Congresso.

O valor representa mais do que o dobro do montante médio que era pago pelo Bolsa Família, programa que foi substituído este mês pelo Auxílio Brasil, com um pagamento médio de cerca de R\$ 220.

Déficit - De acordo com Guedes, o déficit primário do governo ficará abaixo de R\$ 100 bilhões este ano, pontuando que isso corresponderá a cerca de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

No boletim Prisma Fiscal divulgado ontem, a expectativa do mercado era de um rombo primário de R\$ 111,6 bilhões.

Em evento de aniversário da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, Guedes disse que no ano que vem o resultado primário iria a zero se não fosse a expansão dos gastos públicos para financiar o Auxílio Brasil, conforme determinação do presidente Jair Bolsonaro.

Com isso, prosseguiu Guedes, o déficit primário em 2022 talvez seja de 1% novamente. "Acho isso socialmente aceitável", afirmou.

Durante o evento, Guedes procurou reiterar os feitos da equipe econômica e a manutenção do compromisso fiscal.

Após o apoio do Planalto e Economia à PEC dos Precatórios, o prêmio de risco associado ao País subiu pela percepção que a proposta,

que limita o pagamento anual de precatórios e muda a janela de correção da regra do teto de gastos, representava uma flexibilização da única âncora fiscal

efetiva do País.

"Temos que ter serenidade", disse Guedes. "O arcabouço fiscal brasileiro não está sendo derrubado."

O ministro afirmou ainda que o dólar segue em alto patamar em função de brigas e incertezas políticas, mas pontuou que, do ponto de vista de quem investe no País, isso implica margem adicional de ganho.

Ele defendeu que os fundamentos econômicos estão sólidos, citando gatilhos fiscais, marcos regulatórios, Banco Central independente e melhoria do resultado primário. (Reuters)

# Febraban reduz a projeção de crédito em 2022

A despeito das expectativas positivas para 2021, a expansão esperada para a carteira total de crédito em 2022 passou por nova revisão de baixa, apontando para um viés de queda no próximo ano, revela a Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas. Na segunda revisão seguida para baixo, a alta vai de 7,4% para 7,3%, mais uma vez refletindo a deterioração das perspectivas econômicas e as condições financeiras ainda mais restritivas, em razão da alta mais acentuada da taxa básica de juros, a Selic. Na pesquisa anterior de agosto a alta esperada era de 7,8%.

A revisão de baixa ocorreu principalmente na carteira com recursos livres (+8% ante +9,1% na pesquisa de outubro), enquanto a expansão projetada para a carteira direcionada ficou praticamente estável em 4,1% (ante 4,2%).

A Pesquisa Febraban é feita a cada 45 dias, logo após a divulgação da ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). O atual levantamento, realizado entre os dias 4 e 9 de novembro, reuniu as percepções de 18 bancos sobre a última Ata do Co-pom e as projeções para o desempenho das carteiras de crédito para o ano corrente e o próximo.

Para a maioria dos entrevistados, a elevação recente da Selic e outra alta esperada para a próxima reunião do Copom será capaz de trazer a **inflação** de 2022 para um intervalo de tolerância, com baixa possibilidade de chegar ao centro da meta. O Focus projeta o IPCA em 4,79% para o próximo ano.

Para 2021, a expectativa é que a carteira total de crédito deve se manter em um ritmo de expansão elevado e crescer 12,7% em 2021. A projeção é superior à registrada na última edição do levantamento (+12,3%), feita em outubro, e prossegue em linha com a estimativa feita pelo Banco Central, que é de expansão de 12,6%.

O levantamento mostra que o destaque foi a revisão feita na carteira de crédito livre, cuja estimativa de alta passou de 14,1% para 14,8%, impulsionada pela carteira Pessoa Jurídica

Livre - estimativa de crescimento passou de 11,2% para 12,7%. Nesta carteira estão linhas como capital de giro, antecipação de faturas de cartões de crédito e

desconto de duplicatas e recebíveis.

A pesquisa mostrou que a revisão de alta da carteira livre destinada às famílias foi mais tímida, de 16,8% para 16,9%. Na carteira com recursos direcionados, a revisão também foi ligeiramente positiva, de alta de 8% para 8,1%.

"Devido aos bons resultados positivos da carteira de crédito nos últimos meses, ainda poderemos ter revisão de alta nas estimativas para este ano. O levantamento consolida a análise de que o grande destaque de 2021 será a carteira destinada às famílias, com o aquecimento de linhas ligadas ao consumo, após a flexibilização das medidas restritivas e o avanço da vacinação", analisa o diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban, Rubens Sardenberg.

Em relação à taxa de inadimplência da carteira livre, a pesquisa capturou uma ligeira alta nas projeções tanto para 2021 como para 2022, embora ainda sugerindo um cenário sob controle. Para 2021, a projeção subiu de 3,2% para 3,4%, retornando à estimativa do levantamento de agosto. Para 2022, a estimativa foi de 3,5% para 3,7%. Em ambos os casos, as projeções seguem abaixo do patamar pré-pandemia (3,8%).

Selic - De acordo com a Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas, a maioria dos entrevistados (88,9%), entendeu como adequado o ajuste de 1,5 ponto percentual da Selic.

Os entrevistados estimam mais um aumento de 1,5 ponto percentual na reunião de dezembro, seguida por duas altas de 1,0 ponto percentual nas reuniões de fevereiro e março do próximo ano, com a Selic terminando o atual ciclo de ajuste em 11,25% ao ano.

Para o câmbio, a expectativa é de certa depreciação ao longo do 1º semestre de 2022, com o dólar chegando no patamar de R\$ 5,60.

# Inflação será principal problema econômico em 2022, diz Guedes

Agência Brasil

A resiliência da **inflação** será o grande problema da economia brasileira em 2022, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, as previsões de baixo crescimento para o próximo ano podem não se confirmar, com os mais pessimistas do mercado se surpreendendo com as previsões de crescimento entre 0% e 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"O problema não será crescimento baixo, o problema será **inflação** resiliente. A **inflação** provavelmente será um pouco acima do que vocês estão prevendo, mas o crescimento também será maior do que vocês estão prevendo. Eu não faço previsões, eu faço piada de previsões, de previsões erradas", declarou o ministro, em inglês, ao participar de evento virtual promovido por um banco brasileiro.

Sem interferências

O ministro disse que a equipe econômica não pretende interferir nos preços por meio de regulações. Segundo Guedes, a única política em curso para segurar a **inflação** é o aperto monetário (alta dos juros) conduzido pelo Banco Central.

"É verdade que os juros vão subir com a luta do Banco Central para controlar a **inflação**, mas estamos realmente fazendo a transição para crescimento sustentável em todos os setores", disse.

Nos casos em que a **inflação** acelerar por choques externos, o ministro defendeu a transferência de renda por meio do Auxílio Brasil para aliviar o impacto sobre as famílias mais pobres. Paralelamente, a alta dos preços do petróleo e da energia, na avaliação de Guedes, deverá atrair investidores estrangeiros para o Brasil.

"Se preços de petróleo e de energia sobem, é parte da solução porque atrai investimento. A melhor solução é deixar o mercado agir. Qualquer disfunção resolve com transferência de renda", disse Guedes. Segundo ele, a viagem recente do presidente Jair Bolsonaro e de vários ministros aos Emirados Árabes Unidos renderam compromissos de investimentos de US\$ 10 bilhões em dez anos, reforçando a previsão de ingresso de US\$ 700 bilhões em investimentos estrangeiros no país nas próximas décadas.

**Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=118395>**

# A resiliência da construção civil (Artigo)

**Eduarda Fabris Sócia e COO da fintech Urbe.me**

Desdobramentos da pandemia impediram que houvesse um crescimento econômico condizente com a menor taxa de juros da história. Mesmo com baixo crescimento e perda de poder aquisitivo, a **inflação** foi ganhando força, fazendo o Banco Central retomar, de forma ininterrupta, a elevação da Selic em março último.

Agora, com o IPCA acumulando alta superior a dois dígitos nos últimos 12 meses, a autoridade monetária sinaliza que os juros continuarão a subir num novo ritmo, como observado no final de outubro, com o acréscimo de 1,5 p.p. à taxa básica, que foi a 7,75% ao ano.

O cenário leva consumidores e empresas de todos os portes e segmentos a fugir da tomada de crédito e adiar investimento. É de se esperar, portanto, que a construção civil interrompa a recuperação registrada ao longo do movimento que levou a Selic a 2% ao ano. Na verdade, ele já perdia força. Dados compilados a partir dos balanços do terceiro trimestre de 14 incorporadoras listadas na B3 apontam alta de 19,2% no número de lançamentos na comparação anual, contra um crescimento de 1,7% nas vendas.

Haveria uma oferta significativamente maior que a demanda, o que só se ajustaria após meses. Essa interpretação, porém, não é unânime.

O período foi marcado pelo repasse da disparada dos materiais de construção aos imóveis em planta, o que, em paralelo à alta dos juros, fez muitos adiarem decisões de compra.

Se a perda de ritmo, de fato, decorrer as variações do período, a queda da atividade do setor poderá ser, no médio e no longo prazos, consideravelmente menor. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por exemplo, acaba de elevar 4% para 5% a projeção de crescimento da construção civil em 2021, o melhor resultado em dez anos. Mesmo atenta aos juros e aos preços de materiais de construção, a entidade estima que a reposição das perdas registradas entre 2014 e 2019 demande crescimento similar até 2028.

O quadro do setor se formou ao longo de anos. A crise vivenciada até 2019 represou demanda significativa de diferentes públicos, da baixa renda - maior parcela do déficit habitacional de 5,8 milhões de residências, conforme estimativas da Fundação João Pinheiro - às

classes média e alta, que, a partir da disseminação do trabalho remoto ou híbrido, buscam unidades maiores para acomodarem, num mesmo espaço, vida pessoal e profissional.

É certo que juros mais altos impactarão o setor. Porém, mesmo em alta, a Selic permanecerá, nos próximos meses, ainda em níveis históricos baixos. E, com pouca ou nenhuma expectativa de crescimento, os juros não poderão subir demasiadamente.

Levará tempo para que o país apresente crescimento consistente.

Há, porém, segmentos específicos que podem continuar registrando bom desempenho. Dentre esses, a construção civil tem papel fundamental. Maior gerador de empregos, poderá, se mantiver sua resiliência, impulsionar as incontáveis cadeias que dele dependem.

**Site:** <http://digital.otempo.com.br/leitor>